



INSTITUTO
SUPERIOR
DE ANGOLA

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**A INFLUÊNCIA DA LÍNGUA NACIONAL NO PROCESSO DE ENSINO-
APRENDIZAGEM NA 1ª CLASSE. CASO DA ESCOLA PRIMÁRIA Nº
06, MUNICÍPIO DO TOMBOCO, PROVÍNCIA DE ZAIRE, 2022-2023**

Autora: Maria Jovita Isabel Lopes

Orientador: Samuel Albino Chova Wassuca, Ph.D

Luanda, 2024

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**A INFLUÊNCIA DA LÍNGUA NACIONAL NO PROCESSO DE ENSINO-
APRENDIZAGEM NA 1ª CLASSE. CASO DA ESCOLA PRIMÁRIA Nº
06, MUNICÍPIO DO TOMBOCO, PROVÍNCIA DE ZAIRE, 2022-2023**

Trabalho de Fim de Curso apresentado ao Instituto Superior de
Angola, para obtenção do grau de Licenciatura, Curso de
Pedagogia, sob a orientação do professor, Samuel Albino
Chova Wassuca, Ph.D.

Autora: Maria Jovita Isabel Lopes

Orientador: Samuel Albino Chova Wassuca, Ph.D

Luanda, 2024



INSTITUTO
SUPERIOR
DE ANGOLA

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**A INFLUÊNCIA DA LÍNGUA NACIONAL NO PROCESSO DE ENSINO-
APRENDIZAGEM NA 1ª CLASSE. CASO DA ESCOLA PRIMÁRIA Nº
06, MUNICÍPIO DO TOMBOCO, PROVÍNCIA DE ZAIRE, 2022-2023**

O JÚRI:

Presidente _____

1ºVogal _____

2ºVogal _____

Secretário _____

CLASSIFICAÇÃO _____

DATA DE DEFESA _____ / _____ / 2024

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos Fernandes Pedro Miguel da Graça, Jerusa Miguel da Graça, Elisandro Migue da Graça e, aos meus irmãos Ana Maria Lopes, Domingas Sebastião, Manuel Corrente Lopes, Joana Manuel Lopes, António Francisco Lopes, Sebastião Manuel Lopes e Fernando da Conceição Lopes que depois de ter ficado algum tempo fora das instituições de formação, despertaram em mim a continuidade da formação académica, ao meu esposo/noivo, que mesmo diante de numerosas dificuldades nunca deixou de dar o seu incondicional apoio.

AGRADECIMENTOS

A Deus, nunca esquecerei de agradecer, em qualquer que seja a circunstância vivencial, ao dom da vida, minha fonte de inspiração e erudição.

Aos meus pais Manuel Corrente e Maria da Luz Lopes, por me terem trazido ao mundo e, que tudo fizeram para que nada faltasse desde a infância até a idade adulta.

Ao orientador Prof. Samuel Albino Chova Wassuca, Ph.D, endereçar as minhas profundas palavras de apresso, por ter sido muito paciente e metódico e nunca poupou esforço para o êxito desta monografia.

A direcção do Instituto Superior de Angola especificamente o curso de Pedagogia, que com os saberes evolutivos contribuíram para obtenção dos conhecimentos que norteiam a Pedagogia que tem como objecto de estudo os fenómenos comportamentais, o meu muito obrigada.

Ao director geral da Escola Primária nº 06, Município do Tomboco, Província de Zaire, por ter permitido a realização da pesquisa no referido complexo escolar, bem-haja.

A todos quanto orientaram-me a usar os conhecimentos na vida e para a vida, dentro ou fora da escola, ser-te-ei muito grata.

Aos meus colegas, amigos em geral que directas ou indirectamente contribuíram com apoios psicológicos e material, serei eternamente grata.

EPÍGRAFE

Língua Nacional corresponde um conjunto de línguas ou variações linguísticas, como um dialecto que tem alguma conexão de facto com uma nação. Silva (2013)

RESUMO

A presente pesquisa fala sobre influência da Língua Nacional no processo de ensino-aprendizagem na 1ª Classe. Caso da Escola Primária nº 06, Município do Tomboco, Província de Zaire, 2022-2023, tem como objectivo compreender a influência da Língua Nacional no processo de ensino - aprendizagem nos alunos da 1ª Classe, explicar sobre a importância da língua nacional no processo de ensino-aprendizagem, identificar sobre os factores influentes na aprendizagem das línguas maternas e sugerir técnicas motivacionais aos professores sobre ensino das línguas nacional aos alunos da 1ª Classe. O tipo de pesquisa descritiva. O estudo permite fazer um estudo aprofundado dos fenómenos em estudo observado, o modelo de pesquisa é mista, permitindo um esforço para elaborar conhecimentos sobre aspecto da realidade na busca de soluções para os problemas expostos. A pergunta de partida foi: “Qual é influência da Língua Nacional no processo de ensino-aprendizagem nos alunos da 1ª Classe?” Tendo como resposta antecipada ajuda os alunos na compreensão da produção da escrita e gramática das línguas nativas pertencentes aos alunos em estudo, estimula o desenvolvimento linguístico da língua nacional dos alunos em questão e ajuda os alunos na identificação da sua cultura linguística, tendo participado directamente 1 (um) director geral, 1 (um) director pedagógico, 2 (dois) professores e, 40 (quarenta) pais e encarregados de educação, totalizando 44 (quarenta e quatro) elementoss da amostra, correspondendo percentualmente 63,7% da população, assim sendo, concluiu e sugeriu-se o ensino das línguas nacional como um dos símbolos de identificação cultural.

Palavras-chave: Influência, língua nacional, processo de ensino-aprendizagem

ABSTRACT

This research talks about the influence of the National Language on the teaching-learning process in 1st Class. Case of Primary School nº 06, Municipality of Tomboco, Province of Zaire, 2022-2023, aims to understand the influence of the National Language in the teaching-learning process in 1st Class students, explain the importance of the national language in the process of teaching-learning, identify the influential factors in learning mother tongues and suggest motivational techniques to teachers on teaching national languages to 1st grade students. The type of descriptive research. The study allows for an in-depth study of the observed phenomena under study, the research model is mixed, allowing an effort to develop knowledge about the aspect of reality in the search for solutions to the problems exposed. The starting question was: "What is the influence of the National Language on the teaching-learning process for 1st Class students?" Having an anticipated response helps students understand the writing and grammar production of the native languages belonging to the students under study, stimulates the linguistic development of the national language of the students in question and helps students identify their linguistic culture, having directly participated 1 (one) general director, 1 (one) pedagogical director, 2 (two) teachers and 40 (forty) parents and guardians, totaling 44 (forty-four) sample elements, corresponding in percentage terms to 63.7% of the population, therefore, the teaching of national languages was concluded and suggested as one of the symbols of cultural identification.

Keywords: Influence, national language, teaching-learning process

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	i
AGRADECIMENTOS	ii
EPÍGRAFE	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	5
1.1.Definições dos termos e conceitos	5
1.2.Relação família-escola como base da sociedade cultural	6
1.3.Processo de ensino-aprendizagem no contexto de Vygostky	8
1.4.Educação em Angola.....	11
1.5.A escola como instituição.....	12
1.6.Os empréstimos das línguas nacionais no português falado em Angola	15
1.7.O vocabulário e o contexto	17
1.8. Contexto relacional entre família-criança	18
1.9.O ensino das línguas nacionais em Angola e sua expansão.....	19
1.10. Línguas oficiais versus línguas nacionais.....	20
1.11.A importância da aprendizagem das línguas nacionais.....	21
1.12.Promoção das línguas nacionais	25
1.13.Português de Angola	26
1.14.As principais Línguas Nacionais	28
1.15.Aprendizagem das línguas nacionais.....	29
1.16. Estratégias e recursos de ensino da Língua Nacional.....	30
1.17.Inclusão das línguas nacionais no sistema de ensino	33
1.18. O papel unificador do português.....	36
CAPÍTULO II: METODOLOGIA DE PESQUISA.....	38
2.1. Tipo de pesquisa	38
2.2. Modelo de abordagem.....	38
2.3. Níveis de estruturação de métodos	38
2.4. Técnicas de recolha de dados.....	39
2.5. Instrumento e procedimentos	40
2.6. População e amostra.....	40
2.7. Dificuldades encontradas.....	41

CAPÍTULO III: DISCUSSÃO E RESULTADOS.....	42
3.1. Apresentação e interpretação dos resultados.....	42
3.1.1. Interpretação dos resultados dos inquéritos feitos aos membros de direcção da Escola Primária nº 06, Tomboco, Zaire	42
3.1.2. Interpretação dos resultados dos inquéritos feitos aos professores da Escola Primária nº 06, Tomboco, Zaire	44
3.1.3. Interpretação dos resultados dos inquéritos feitos aos encarregados de educação da Escola Primária nº 06, Tomboco, Zaire	46
3.2. Discussão dos resultados	48
3.2.1. Discussão dos resultados dos membros de direcção.....	48
3.2.2. Discussão dos resultados dos Professores	48
3.2.3. Discussão dos resultados dos pais e encarregados de educação	49
CONCLUSÕES	50
SUGESTÕES	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	52
APÊNDICES	
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

O trabalho fala sobre a situação da influência da Língua Nacional no processo de ensino-aprendizagem na 1ª Classe. Caso da Escola Primária nº 06, Município do Tomboco, Província de Zaire, 2022-2023.

A língua nacional faz parte da estrutura cultural de uma determinada sociedade. Aprende-se na infância e, cada dia, entende-se sobre seu funcionamento. É por meio dela que nos comunicamos, pensamos, sentimos, criamos e vivemos, sendo que ela é nosso sinónimo de identidade cultural.

A educação é inegavelmente um domínio prioritário de um determinado país. São vários os países que entenderam essa importância e por isso fizeram grandes esforços para melhorar os seus sistemas de educação, obtendo daí grandes resultados, ao contrário daqueles países que adoptaram o modelo educacional herdado do colonialismo e continuaram com este sem uma reflexão profunda sobre as necessidades e aspirações dos seus povos.

Angola é um desses países que herdaram os seus sistemas educacionais do colonialismo, e com vista a reverter a situação, deve favorecer o sector da educação com uma visão projectada a partir dos seus fenómenos sociais, culturais e sobretudo linguísticos. Isto implica uma nova decisão política em relação ao actual sistema educacional, que teima em não acolher nem acomodar o ensino e aprendizagem das línguas nacionais, por força das crises estruturais que se desenvolveram durante a sua história colonial.

Este trabalho trata das línguas nacionais em Angola e aborda as vozes que reivindicam a sua inserção no sistema educacional, como forma de reverter o actual status quo onde o ensino é ministrado única e exclusivamente em Língua Portuguesa.

Porém, a situação em questão sugere sobre uma educação plurilíngue que consista em ensinar e aprender simultaneamente mais de duas línguas, ou seja, a língua de implantação numa dada região do país, a língua com maior número de falantes, que é o umbundu, bem como a língua da capital, Luanda, que é o kimbundu.

A escola deve incentivar o aluno a atingir seu desenvolvimento linguístico, no entanto, ela divide o ensino em leitura e compreensão, história da literatura, gramática e produção textual.

Pois, depois de um estudo aprofundado na Escola Primária nº 06, Município de Tomboco, Província de Zaire, constatou-se as seguintes dificuldades tais como: dificuldades no desenvolvimento linguístico, dificuldade da escrita e falta de leitura e compreensão da língua nacional por parte dos alunos da 1ª Classe da escola em estudo.

Pois bem, diante do diagnóstico inicial acima referenciado, surgiu a seguinte pergunta de partida:

“Qual é influência da Língua Nacional no processo de ensino-aprendizagem nos alunos da 1ª Classe, da Escola Primária nº 06?”

Hipóteses

Para Marconi e Lakatos (2014), as hipóteses são respostas antecipadas ou afirmações que antecedem a pergunta de partida ou fio condutor da pesquisa, no entanto, eis a seguir as hipóteses:

H1: ajuda os alunos na compreensão da produção da escrita e gramática das línguas nativas pertencentes aos alunos em estudo;

H2: estimula o desenvolvimento linguístico da língua nacional dos alunos em questão;

H3: ajuda os alunos na identificação da sua cultura linguística.

Objectivo Geral

Compreender a influência da Língua Nacional no processo de ensino-aprendizagem nos alunos da 1ª Classe da Escola Primária nº06.

Objectivos específicos

Identificar os factores influentes que estão na base do desenvolvimento linguístico na aprendizagem das línguas nacional;

Descrever a importância da língua nacional no processo de ensino-aprendizagem;

Sugerir opiniões a direcção de escola, professores e pais e encarregados de educação sobre o ensino das línguas nacional aos alunos da 1ª Classe.

Delimitação e limitação

- a) O trabalho em questão, delimita-se na Escola Primária nº 06, Município de Tomboco, Província de Zaire, 2022-2023.
- b) O estudo limita-se ao director, sub-director pedagógico, professores e pais e encarregados de educação da escola em estudo, sob o tema a influência da língua nacional no processo de ensino-aprendizagem.

Justificação

O tema em questão, justifica-se pelo facto de ter um carácter profundo sobre a realidade da Escola Primária nº06, no Município de Tomboco, Província de Zaire, baseando-se a respeito da influência da Língua Nacional no processo de ensino-aprendizagem dos alunos da 1ª Classe, na Escola Primária nº 06, Município de Tomboco, Província de Zaire, como também pode acontecer em outras unidades públicas ou privadas de ensino.

Durante o período de estágio na referida escola, percebeu-se que, para a realidade da escola em estudo, diagnosticou-se que, existe enormes dificuldades caso não se aplica a língua nacional no processo de ensino-aprendizagem, porém, eis a seguir: dificuldades no desenvolvimento linguístico, dificuldade da escrita e falta de leitura e compreensão da língua nacional por parte dos alunos da 1ª Classe da escola em estudo.

O tema de estudo contribui bastante na nossa sociedade no que diz respeito da influência da Língua Nacional no processo de ensino-aprendizagem dos alunos da escola primária em pesquisa, visto que, hoje, pensa-se incluir as línguas nativas no processo de ensino-aprendizagem no sentido de criar aos alunos consciência da extrema importância das línguas maternas, pois, o enquadramento das línguas nacionais permitirá aos alunos da 1ª Classe compreensão da produção da escrita e gramatical das línguas nativas dos alunos estimular o desenvolvimento linguístico da língua materna dos alunos em questão, ajudar os alunos na identificação da sua cultura linguística.

O estudo em abordagem contribuirá para a classe académica, numa tentativa de entender qual é o papel da língua nacional no processo de ensino-aprendizagem, porém, permite os alunos saber as suas origens ou identificação cultural por intermédio da língua nacional, estimula no desenvolvimento linguístico da língua

materna dos alunos em questão e ajuda os alunos no domínio da escrita e compreensão da língua.

Estrutura do trabalho

Capítulo I apresenta a fundamentação teórica, onde definimos alguns termos e conceitos do tema em estudo e outros aspectos que permitiram-nos fazer uma reflexão acerca da influência da língua nacional no processo de ensino-aprendizagem.

No capítulo II fez-se referência a metodologia aplicada na elaboração do trabalho de pesquisa, os métodos, os procedimentos de colecta de dado, as dificuldades que encontramos no decorrer da pesquisa.

O capítulo III apresenta a discussão e resultados. Tendo terminado com as conclusões e sugestões ,que possam dar abertura as próximas pesquisas o tema.

CAPÍTULO I: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para melhor compreensão do tema apresentam-se as seguintes definições de termos e conceitos:

1.1. Definições dos termos e conceitos

a. Influência

Para Bueno (2000), influência é a ação que alguém ou algo tem sobre outra coisa, ou seja, o poder, o controle ou a autoridade.

Silva (2013), diz que, influência significa interferência sobre o modo de agir ou de pensar das outras pessoas, por exemplo.

Para Carlos (2010), influência corresponde ao substantivo que representa o sinônimo de poder, ou seja, a ação de agir sobre os outros.

b. Língua Nacional

Na perspectiva de Silva (2013), Língua Nacional corresponde um conjunto de línguas ou variações linguísticas, como um dialecto que tem alguma conexão de facto com uma nação;

Segundo Bueno (2000), é a língua do povo de uma nação enquanto relacionada com um Estado politicamente constituído.

Para Carlos (2010), língua nacional é por isso vista como a língua oficial de um país. Ter uma língua como própria de um país funciona como um elemento de sua identidade política e cultural.

c. Processo de ensino-aprendizagem

Na visão de Freire (1998), entende-se como relação estreita e complexa entre o professor e aluno dentro do contexto da sala de aula;

Para Haydt (2011), conceitua processo de ensino-aprendizagem como acção deliberada e organizada realizada pelo professor na sala de aula;

Para Libâneo (citado por Miluca e Gonçalves, 2019), conceituam o processo de ensino-aprendizagem na perspectiva comportamental, pois, refere-se como sendo acção programada do professor e reacção do aluno dentro do contexto escolar;

Logo, compreende-se que, o processo de ensino-aprendizagem é a relação entre professor e aluno dentro do contexto escolar, ou seja, é acção programa pelo professor e reacção do aluno dentro da sala de aula.

1.2. Relação família-escola como base da sociedade cultural

Todas as expectativas inerentes ao crescimento, amadurecimento, provenientes das relações, seja num ambiente familiar, escolar ou social, cria um universo de ambiguidade e relatividade concernente à educação e ao acto de educar. (Lima 2002).

A família e a escola devem estabelecer uma relação aberta e clara, pois a sua colaboração é essencial para o sucesso educativo. A escola é o reflexo da sociedade, ou seja, constitui um microssistema social que produz o macrosistema. Sendo assim, o homem é um ser essencialmente social, impossível, portanto, de ser pensado fora do contexto da sociedade em que nasce e vive. O equacionamento que Piaget dá a essa questão passa por dois momentos: o primeiro, definir de forma mais precisa o que se deve entender por “ser social”; o segundo, verificar como os factores sociais comparecem para explicar o desenvolvimento intelectual.

Ora bem, conclui-se escola como um sistema complexo de comportamento humano organizado de modo a responder a certas funções no seio da estrutura social graças a currículos, a diplomas diversos, a uma excessiva concentração na avaliação sumativo e á criação de estruturas promotoras da diferenciação e instituição escolar desenvolve entropias negativas permitindo mais facilmente a definição de pais e status claramente diferenciados que serão o garante de competências de atribuições de pertença. Dias (1993)

Em relação à família, de acordo com Giddens (1997) “a família é um grupo de indivíduos ligados entre si por laços de sangue, de casamento ou adopção que forma, uma unidade económica, em que os membros adultos são responsáveis pela educação das crianças”.

Neste sentido, Béliveau (2006), defende que o sucesso na aprendizagem só é possível se os pais permitirem que a criança integre a escola como um meio significativo distinto da família e se vincule a ele. Ainda que esta “permissão” possa parecer banal ou natural, não é fácil para alguns pais, uma vez que depende frequentemente das suas próprias percepções e experiências face ao novo meio e, principalmente, face à escola.

Béliveau (2006), sublinha ainda que, quando os pais não prestam atenção à vida escolar dos filhos não podemos esperar que este demonstre o grande interesse pelos seus estudos, embora tal continue a ser possível. Além disso, o desinteresse completo dos pais pode ser tão prejudicial como uma proximidade demasiada em torno da escolaridade.

Nesta perspectiva, a dificuldade que podem ter em permitir que a criança se afeioe à escola é frequentemente uma forma camuflada e inconscientemente de não autorizarem que se interessem por ela enquanto meio exterior possivelmente bom, colocando-a, por vezes no conflito de lealdade quando manifesta um certo interesse. O interesse dos pais por este meio exterior reforça geralmente o da criança. Quando esta evolui numa família para quem a escola não conta ou conta pouco, tem dificuldades em empenhar-se e em transferir os seus conhecimentos para o quotidiano, única forma de os integrar. Béliveau (2006)

É neste sentido que Menezes (2012), concordando com Béliveau, afirma que a família desempenha um papel preponderante na vida dos alunos, ela contribui para estimular a solidariedade e a responsabilidade da escola na construção do seu projecto educativo, surgindo como um grande conivente na formação dos alunos, de toda sua educação, transmissão de valores e atitudes, inseridas numa realidade social que os envolvem. Por isso, a falta de interacção entre a família e a escola origina o abandono escolar, a indisciplina e a violência na escola.

A cultura de participação dos pais e encarregados de educação na escola contribui, enormemente para estimular a solidariedade e a responsabilidade da escola na construção do seu projecto educativo, com vista ao bom desempenho. O projecto educativo reflecte a filosofia psicopedagógica da escola, as dos professores, dos alunos e famílias, sem descurar as idiossincrasias e todas as dimensões socioculturais, económicas, geográficas e políticas, portanto, concebido por todos os agentes educativos pertencentes à comunidade envolvente e interessados na interacção e na procura de soluções estratégicas de longo prazo.

Pode concluir-se que o envolvimento dos pais com a escola é fundamental para o processo de ensino-aprendizagem e para o sucesso dos alunos. Neste contexto, não basta que os pais e encarregados de educação saibam que o filho vai a todas as aulas e realiza as tarefas escolares, eles precisam de orientação e motivação, independente de seu desempenho.

1.3. Processo de ensino-aprendizagem no contexto de Vygostky

Segundo Piletti & Piletti (2006), desde os primórdios contextual primitivo do surgimento do homem, o processo de ensino-aprendizagem sempre foi e, será um binómio que coloca-se quando imagina-se a actividade do professor dentro do contexto educativo. E nesta ordem de ideias, é verdade que se compreende que um professor ao ensinar deve também educar, resta saber se o processo de ensino-aprendizagem existiu sempre, ou vem depois de alguns passos de desenvolvimento da educação, logo que esta se tornou numa necessidade com a sedentarização e o surgimento do modo de vida social dos homens.

Para os autores Piletti & Piletti (2006), na sociedade primitiva (de caçadores e recolectores) todos os adultos educavam todas as crianças directamente no processo mesmo da vida e do trabalho e do trabalho junto com os adultos. Mas a medida que o trabalho se desenvolvia, começa a haver excedentes de produção e, assim, aparece a divisão de trabalho e, conseqüentemente, a especialização do trabalho: por exemplo, o ferreiro faz a enxada para o agricultor e recebia parte da sua produção.

No âmbito do processo de formação do homem, os termos educação e instrução são inseparáveis. De facto, a instrução é a transmissão/mediação de conhecimentos, capacidades, habilidades; podemos também defini-la como sendo o processo e o resultado da assimilação de conhecimentos sistemáticos, assim como das acções e procedimentos inerentes a eles. Por seu turno, a educação, pela sua característica fundamental, é o desenvolvimento/formação de comportamento, atitude e convicções; isto é, a formação de traços/sinais da personalidade.

Assim, é impossível, no verdadeiro sentido, educar sem instruir e vice-versa, daí que, como se reflecte na figura abaixo, a educação e a instrução estão intrinsecamente unidos e se relacionam dialecticamente no PEA, apesar de que o alcance dos objectivos da educação é resultado mais que o ensino, é resultado de todo o conjunto de influências que actuam sobre o aluno/educando.

A instrução tem como enfoque principal o objectivo de desenvolver nos alunos o saber e o saber fazer, enquanto quando falamos da educação se tem em vista o desenvolvimento do saber ser e estar. Mas como vemos na figura, ao realizarmos a educação, ao mesmo tempo se instrui (quem poderia ser bem educado diante de pessoas idosas se não pudesse lembrar, enunciar, as regras principais de

comportamento que se espera desse indivíduo diante dessa situação?); o mesmo vejo que ao instruir (ex.: para condução de uma viatura) o indivíduo deve ser educado para o respeito das normas (neste caso, de trânsito rodoviário), sem as quais a condução automobilística se transformaria num autêntico problema para a circulação e bem-estar das pessoas.

No entanto, percebe-se que, o processo de ensino e aprendizagem, desde o surgimento do homem sempre funcionou como uma fórmula de binómio relacional entre professor e aluno, implicando que, não pode existir professor sem aluno e vice-versa.

As bases e sustentos psicológicos assumem os postulados da escola sócio-histórico-cultural de Vigostky (1998) e seus seguidores, contidos nas normas fundamentais do desenvolvimento as quais dirigiu à colocação das principais noções de sua teoria, no entanto, é a que mais aplicações sugerem no campo da educação: a zona de desenvolvimento próximo a qual está presente na concepção geral da proposta de acções fica de manifesto nos diferentes componentes do processo educativo ao estabelecer a ideia sócio-histórico-cultural básica: a educação antecede e conduz ao desenvolvimento. Além disso, orientam que a escola e família precisam ter uma preparação que lhes permitam dar a criança com dificuldades de aprendizagem no ensino das línguas nacionais, os níveis de ajudas que estes precisam, os quais devem ser oportunos e adequados de igual modo tendo em conta o reconhecimento da estrutura dos defeitos com a diferença entre o primário e as complicações secundárias, permite destacar que é possível acautelar o contexto familiar, as alterações que dependem da atenção e tratamento.

Ora bem, a dificuldade da Língua nacional aos alunos em questão faz parte do enfoque sócio-histórico-cultural, a verificação do carácter interactivo dos processos psíquicos e afectivos, assim como as relações dialécticas entre os factores biológicos e sociais que favorecem o estudo das causas que a provocam. Estas inter-relações transcorrem em um meio cultural condicionado historicamente, o que se evidencia no referido pelo Vigostky (1998, citado por Rodrigueiro, 2009).

“A obtenção e desenvolvimento dependem em grande medida do meio social no que vive o sujeito, portanto, ao nascer recebe toda a avaliação filogenética, mas o produto final de seu desenvolvimento estará em função das características do meio social em que vive...”.

Estas contribuições reflectem que o facto humano não está garantido pela herança genética, mas sim, a origem do homem se produz, acima de tudo, graças à actividade conjunta e se perpetua e garante mediante o processo social da educação, entendendo, esta, em seu sentido mais amplo e não restringida à acção escolar.

É certo que em um número apreciável dos alunos disléxicos, pode-se constatar a presença de premissas ou factores de índole biológico que, em um início, podem obstaculizar o desenvolvimento, mas, ao mesmo tempo e em dependência da magnitude da deficiência, existe a possibilidade de que sobre a influência dos factores sociais e em particular da educação especial, encontrem-se as vias para vencer os obstáculos e convertê-los em potencialidades.

A postura a respeito da dependência do desenvolvimento psíquico do carácter e conteúdo do ensino constitui uma clara derivação da plataforma do determinismo social do desenvolvimento psíquico. Esta postura consiste em obter uma adequada estruturação da prática educativa, o máximo enriquecimento possível do conteúdo dos alunos em questão, com novas acções que do lar e o meio em que se desenvolvem vão favorecer sua transformação e desenvolvimento de habilidades na escrita e leitura na vida diária. Libâneo (1994)

Só um processo de ensino planejado, organizado e dirigido a partir do conhecimento das individualidades de cada aluno, favorece o estabelecimento de diferentes actividades que se convertem na fonte real de desenvolvimento psíquico e permita corrigir e/ou compensar as necessidades educativas especiais. Além disso, que favoreça o desenvolvimento da personalidade a partir das influências sociais, para promover os processos psíquicos, ou compensadores e assegurar a aprendizagem sobre a base do conhecimento actual e potencial dos alunos em questão.

Desde esta perspectiva, a Pedagogia Especial enfrenta a necessidade de elaborar esquemas de orientação cientificamente argumentados, desenhar o processo de sua interiorização, em correspondência com a diversidade dos alunos disléxico, encontrar as vias e os mecanismos que asseguram de maneira adequada a ajuda que, oportunamente, lhes brinda; assegurar esquemas de orientação familiar que permitam guiá-los, em cuja construção e assimilação formem parte activa. Para promover o progresso destes, é necessário identificar oportunamente suas potencialidades e necessidades e, a partir disto, elaborar actividades desenvolvedoras.

Aqui, percebe-se que, o problema em questão é de carácter integral, no entanto, a família versus escola devem trabalhar em conjunto de acordo a realidade sócio-histórico e cultural de cada aluno no sentido de estimular e desenvolver as capacidades de leitura e escrita dos alunos no que tange o ensino das línguas nacionais. Libâneo (1994)

1.4. Educação em Angola

Como sabido, a independência angolana deu-se a 11 de Novembro de 1975, fruto de uma guerra entre oprimidos e opressores.

A educação (formal) em Angola, como noutros países africanos, não teve início somente na época pós-independência mas sim, esta situa-se já no período que vai de 1946 a 1974, caracterizada por políticas educativas centradas fundamentalmente na restrição do ensino e na divisão dos estratos sociais. Era praticada por instituições religiosas, com maior destaque para as protestantes. Zassala (2017, p.27)

A educação (informal) praticava-se através da transmissão de experiências dos membros adultos da comunidade aos membros mais novos da mesma, dentro dos padrões culturais de cada região, fundamentalmente nas zonas rurais onde não era prioridade a implantação de infra-estruturas de ensino. As poucas escolas primárias existentes viam-se insuficientes para garantir o ensino para todos. Geralmente as escolas e liceus estavam localizados em grandes cidades, como Luanda, Nova Lisboa, Sá da Bandeira, Silva Porto.

As igrejas africanas modernas (Kimbanguismo e Tocoísmo) também deram o seu contributo para a transmissão de normas de conduta moral e cultural, como alavanca para uma educação para a cidadania e preservação do espírito de progresso para o desenvolvimento sustentável do país. O momento exigiu a participação de todos, porque era necessária a mudança das mentes dos cidadãos, fundamentalmente dos nativos.

Após a independência, Angola deu sequência das políticas educativas portuguesas em vigor, que privilegiavam o ensino até ao segundo grau, por falta de investimentos de ensino de qualidade e de quadros qualificados para evidenciar um sistema educativo devidamente estruturado. Prevvia-se, desde logo, grandes dificuldades para reestabilizar o sistema educativo, tendo em conta o contexto político,

social, cultural e económico que o país atravessava, consequentemente, o elevado índice de analfabetismo.

Ora bem, entende-se que, Angola antes de tornar-se independente de Portugal o seu sistema educativo e as suas políticas eram bastantes dependentes do país colonizador em questão, depois da realização da independência em 1975, começou-se dar maior primazia a formação de quadros no sentido de garantia da qualidade da educação.

1.5. A escola como instituição

É importante contextualizar que durante muito tempo, a escola foi um meio de educação dirigido somente a algumas pessoas, classes e grupos privilegiados. A posição do Estado relativamente à educação escolar era de desinteresse e de alheamento (Pires, Fernandes, & Formosinho, 1991:78).

A partir do século XX, e como consequência indirecta das resoluções liberais ocorridas nos países europeus, o estado começa a encarar a educação formal como tendo um papel essencial no progresso e harmonia social e, desta forma, universal- a escola é o local por onde todos devem passar (Pires et al., 1991:78). No século passado, a escola começa a ser construída como uma instituição formal e da responsabilidade do Estado, balizada por normas e regras impostas hierarquicamente. Passa a ser considerada um contexto essencial para o processo de desenvolvimento e de socialização do indivíduo (Pires et al 1991), constituindo-se como um direito que pressupões a sua obrigatoriedade e gratuidade. No seu reconhecimento enquanto poderosa agência de socialização, passa a acentuar-se que a escola deveria estar ao serviço da democracia, proporcionando aprendizagens relevantes, transmitindo valores congruentes, estruturando oportunidades para o exercício da participação e do poder democrático (Lima, 1998:140).

O conceito de instituição refere-se a idade de estar na escola, as funções sociais da escola, ao ensino e as aprendizagens que nela têm lugar, em fim as características gerais partilhadas por todas as escolas, típicas dos processos educativos escolares e de um tempo, de uma idade e de um estatuto social particulares (Lima, 1998: 48) contudo, o estabelecimento de ensino não é somente uma instituição, é também uma organização, pois, neste contexto emerge obrigatoriamente o seu carácter organizacional e os processos organizativos que lhe são inerentes e que a escola

necessita de actualizar a reunir professores e alunos no quadro de uma unidade social (...), com determinados objectivos a atingir e processos e tecnologias como forma de os alcançar estruturando hierarquias e poderes de forma de comunicação. (Lima, 1998:140).

O fenómeno de democratização de ensino, no qual predomina um conjunto de valores identificados com a classe dominante ou de critérios culturais dominantes (Bordiel & Passeron, 1970, citado por Dia,1993), com objectivo de socializar os indivíduos no sentido de lhes proporcionar a sua devida integração na sociedade, trouxe consequências, na medida em que a sua homogeneização (educar de um modo igual todos os indivíduos) não permitiu responder as necessidades individuais, levando a um acréscimo significativo do insucesso escolar.

Em consequência, e nas palavras de Estaço (2001:31), à massificação do acesso não tem correspondido a massificação do sucesso, na escola democrática, a experiência de insucesso continua a ser mais marcante que a de sucesso. Barroso (1995, citado por Estaço: 2001:33) apresenta como uma das causas desde insucesso a forma de organização das escolas que ao ter como principal objectivo “ensinar a muitos como se fosse um só”, conduziu à homogeneização dos alunos e à uniformização das práticas pedagógicas (...).

Esta desatenção, relacionada com a diversidade social da população escolar, onde se encontra lado a lado, crianças e jovens que pertence a diversas classes sociais, assim como estudantes oriundos de diversos grupos étnicos (Lourenço & Paiva, 2004: 15), leva Soussan (1988, citado por Lourenço & Paiva, 2004: 28), a defender que enquanto certos alunos são instruídos, outros são apenas socializados e, por conseguinte, a vida escolar não reforça se não a desigualdade na escola.

Actualmente, a função intencional de transmissão do saber cultural estão associadas outras funções, nomeadamente a função pessoal de apoio aos alunos para suporte de integração na vida escolar (apoio pedagógico, apoio psicológico) (Formosinho, 2001:7), a função política de preparação dos cidadãos para a democracia, a função económica de preparação dos trabalhadores para o mercado de trabalho, a função social de igualização de oportunidades (Estrela, 2002:37). De facto, a escola tem sido atribuído um manancial de funções e papéis, fruto de abruptas mudanças que rapidamente se têm verificado na sociedade e as quais têm tido dificuldades em responder, por este motivo, vários autores têm caracterizado a escola

como estando em crise (Pires, 1988, citado por Jesus, 2000:34). E sem objectivos (Reimer 1971, citado por Jesus, 2000:34).

Como resultado, acentua-se a necessidade de dar um novo sentido à escola, com objectivo de aperfeiçoamento da comunicação e para um sentido pessoal e interpessoal da escola, permitindo o desenvolvimento humano através de relações interpessoais agradáveis para os agentes mais directamente envolvidos na educação escolar, os professores e os alunos (Jesus, 1989, citado Jesus, 2000:35).

Além disso, segundo Estação (2001:65), a construção de sentido (da escola) passa pela assunção da responsabilidade social e ética da escola como instância primeira da educação moral e cívica, de educação para a responsabilização social e participação democrática. Inerente a esta necessidade de um novo olhar e de um novo significado atribuir à escola da qual não se espera somente que assegure a transmissão do saber, mas também que incentive a recriação-criação do saber, revela-se fundamental transformar a forma de conceber o processo de ensino e aprendizagem e a relação pedagógica. Estrela (2002, p. 39)

Em consequência, escolas e professores terão de assumir como princípio que os estudantes não formam um público uniforme de comportamentos, de sentimentos, objectivos individuais e preparação anterior idênticas, com o qual o acto de ensinar-aprender se materialize numa simples transmissão de conhecimentos. A construção da escola de massas levou à promoção das dimensões morais e relacionais da actividade docente, acentuando o seu carácter de ajuda e, em simultâneo, uma acção de ensino e uma acção de cuidados, devendo os professores ser conceptualizados como agente de desenvolvimento humano. Formosinho (2001,p. 8)

Nesta medida, os professores terão de perceber a necessária revolução que à escola actual exige, onde socializar e instruir através de esforço de educar têm de ter prioridades. Assim, é necessário que inovem, que encontrem novas estratégias do ensino que apoiem as iniciativas dos alunos de forma a transformá-los em verdadeiros autores da mutação que é necessária. Os autores salientam a necessidade de, no âmbito da formação de professores, ser essencial a valorização tanto do domínio da produção na sala de aula, como também do domínio relacional. Os alunos terão de compreender, finalmente, que a escola poderá ser diferente, e se eles se empenharem na sua mudança. Lourenço et al (2004, p.106)

A escola é perspectivada como uma unidade cultural, na qual se aglomeram saberes, crenças, valores formas de fazer, de actuar e de resolução de problemas que orientam a sua acção. É encarada também como um sistema pois, neste contexto, desenvolvem-se actividades sociais e culturais mediadas por vários autores: professores, alunos, pais, comunidades. Em consequência, a potencialidade educacional deste sistema institucional é medida pela qualidade das relações e este mantém com todas as outras estruturas. Assim sendo, e tendo em conta que a educação é, antes de tudo uma actividade social, esta não se pode desenvolver a margem de algumas relações interpessoais estruturadas (Coll & Miras, 1996:265). Neste sentido vários são os agentes relacionais e os fenómenos interpessoais que se desenvolvem no contexto escolar.

1.6. Os empréstimos das línguas nacionais no português falado em Angola

Na verdade, os empréstimos são resultado de alguma evolução histórico-linguística e cultural das línguas nas quais se inserem. No caso de Angola, desde a época colonial ao ano 2002, antes da proclamação da paz, muitos angolanos pertencentes à parte Sul do país afluíram à capital em busca de alívio das tensões políticas da época. Isso fez com que houvesse uma fusão de línguas na capital do país, e consequentemente as relações e relacionamentos interpessoais ganharam mais ênfase.

Segundo Silas (2000), o relacionamento familiar, por via do casamento, entre cidadãos de comunidades étnicas diferentes, vem representando, desde então, também um factor da difusão e centralização da Língua Portuguesa em Angola, na medida em que a língua neutra no seio familiar é a Língua Portuguesa. Os filhos que nascem de tais casamentos são, em número crescente, falantes nativos do português. Em certos casos, a situação linguística individual desses falantes é a de monolingüismo, ou seja, a língua neutra é a única língua de domínio.

Nesse caso, o monolingüismo que é aqui chamado à luz, acarreta consigo terminologias que são adaptadas para melhor compreensão dos integrantes da família, cuja constituição poderia ser de pessoas de diferentes etnias linguísticas (Pais) e um nativo de língua portuguesa (filho), o qual não se consegue comunicar

com as línguas faladas pelos seus progenitores. Por outro lado, os empréstimos das línguas bantu no português falado em Angola não provêm somente da parte sul do país; na verdade eles provêm da colisão entre o Português Europeu e todas as línguas bantu, como anteriormente mencionado.

Em todas as esferas do país, a língua portuguesa falada pode variar de acordo com a língua angolana de origem africana falada naquela região. Mais adiante, veremos como as línguas faladas pelos povos bantu interferem de tal forma na língua portuguesa falada em Angola, que alguns termos passam totalmente despercebidos pelos monolíngüistas. No entanto, para melhor perceber o assunto, precisamos saber mais sobre o que são as línguas bantu. Undolo (2014, p.68) defende que: das línguas bantu provieram vários dialetos, sendo o processo da evolução responsável pela diferenciação de cada um dos dialetos. Além disso, essas línguas compartilham um ancestral imediato, numa árvore genealógica. Concluimos que, assim como existe uma língua mãe (Indo-Europeu) da qual surgem as línguas Anglo-saxónicas, as Novilatinas, as Itálicas e outras, da mesma forma as línguas *Bantu* pertencem a uma família de línguas com características próprias a nível lexical, morfo-sintáctico e fonético-fonológico, etc.

Nesta senda, as línguas angolanas pertencentes à família das línguas bantu são: língua cokwe (falada pelo povo bucokwe); língua kimbundu (falada pelo povo ambundu); língua kikongo (falada pelo povo bakongu); língua ngangela (falada pelo povo vangagela); língua nyaneka (falada pelo povo vanyanekaNkhumbi); língua helelu (falada pelo povo ovahlelu); língua kwanyama (falada pelo povo ovakwanyama); língua oxindonga (falada pelo povo ovandonga); língua umbundu (falada pelo povo ovimbundu).

Importa comentar, a priori que as línguas bantu chegam a ser transnacionais, pois vão muito além das fronteiras políticas e administrativas angolanas, o que pressupõe a existência de povos e nações vizinhas de Angola que partilham do mesmo idioma, como é o caso do Congo, Namíbia, Gabão e outros, cujas línguas são variantes do kikongo e kwanyama. Apresentamos duas ideias: a primeira que as línguas bantu são transnacionais... e a segunda ideia é que as línguas Bantu têm entre si Variantes linguísticas. E a posteriori que as línguas bantu têm entre si variedades que são distinguidas pelo sotaque e/ou dialetos.

Devido a recursos escassos, relativos a bibliografias e subsídios culturais, podemos afirmar que existem mais de 100 línguas faladas dentre os povos acima mencionados. Porém, esta estimativa deve-se ao fato de não existir um critério de distinção (científico) entre os dialectos e a língua propriamente dita.

1.7. O vocabulário e o contexto

As línguas, as palavras são melhor percebidas dentro dos contextos específicos de realização. Já foi mencionado anteriormente, que, como africanos pertencentes ao grupo etnolinguístico Bantu e igualmente usuários da língua portuguesa como língua oficial, materna e segunda, somos dotados de um traço diferencial (o traço do Português Africano) tanto em sentido fonológico como de escrita. E sobre este último, queremos salientar que adoptamos para este estudo os signos gráficos que dão ênfase às nossas raízes, e com base na Resolução n.º 3/87, de 23 de Maio (Angola, 1987).

Essa resolução defende a necessidade de uniformização da escrita de línguas nacionais e os alfabetos propostos pelo Instituto de Línguas Nacionais, resultantes de investigações efetuadas sobre os sistemas fonológicos das respetivas línguas, assentando essencialmente sobre a equivalência. (Angola, 1987). A referida resolução aprova em regime experimental os alfabetos das línguas kikongo, kimbundu, cokwe, umbundu, mbunda e oxikwanyama.

Em relação aos sistemas de escrita das línguas nacionais, Miguel (2019, p.31) afirma que “existem os alfabetos ortográficos oficiais de 6 línguas nacionais (kikongu, kimbundu, cokwe, umbundu, mbunda e kwanyama (oshikwanyama), publicados pelo Instituto de Línguas Nacionais, ex-Instituto Nacional de Línguas”. Segundo Vilela (1995, p.53) o Português Africano pode incidir na ampliação da analogia, criando caminhos novos de configuração da realidade, caminhos esses previstos, pelo menos parcialmente, no sistema da Língua Portuguesa, mas sempre algo distante da norma do Português Europeu (PE).

Neste âmbito, queremos nos prender mais especificamente nos termos da Língua Portuguesa que mais reflectem a presença das línguas Bantu e que são mais usados na vida contemporânea dos Angolanos. Nos seus estudos sobre Integração morfológica e fonológica de empréstimos lexicais bantos no Português Oral de Luanda, Miguel (2019, p.107) concluiu que o Kimbundu...é a língua que maior número

de empréstimos forneceu ao POL (Português Oral de Luanda). Conseguimos confirmar que a maior parte das palavras encontradas provêm realmente do Kimbundu.

Contudo, foram seleccionados alguns termos das três línguas que nos propusemos a apresentar. Vale explicar que alguns dos termos na língua bantu, ao serem incorporadas no Português, podem mudar de classe gramatical como mostram os quadros abaixo. Queremos também trazer à atenção neste trabalho que, muitas destas palavras foram extraídas do Dicionário online de Língua Portuguesa da Porto Editora (2003), com o intuito de expor que, os termos em estudo neste artigo já estão a ser usados até em dicionários europeus, dando assim mais visibilidade à realização da Língua Portuguesa de Angola.

1.8. Contexto relacional entre família-criança

Desde que a criança desenvolve a sua língua materna, ganha competências que lhe permitem comunicar. Esta aquisição e competências para a comunicação só são possíveis através da interacção com a escola ou adultos que são vistos como um modelo de comunicação.

Os pais têm um papel muito importante nos primeiros anos de vida dos filhos. O aprendizado e o desenvolvimento começam bem antes da educação formal. A educação formal é um complemento que deve fazer parte da formação do indivíduo. O papel da família também inclui ter uma atenção especial na transmissão do ensinamento das línguas às crianças, e se interessar pelo desempenho do filho na escola bem como com a forma com que se relaciona com as pessoas de seu convívio é uma tarefa importante e tem que ser desempenhada pelos pais. Lourenço et al (2004, p.10)

A família é uma instituição de suma importância para o desenvolvimento e formação do sujeito: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nas ideias de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Montandon, 1991, p.43)

A família deve acompanhar de perto o que acontece na sala de aula, é imprescindível essa integração e interesse da família junto à escola do seu filho. O sucesso ou insucesso no processo de ensino aprendizagem depende efectivamente

da integração da família, ela desempenha um papel decisivo na condução e evolução do sujeito.

É preciso que os pais se impliquem nos processos educativos dos filhos no sentido de motivá-los afectivamente ao aprendizado. O aprendizado formal ou a educação escolar, para ser bem-sucedida não depende apenas de uma boa escola ou de bons educadores, mas, principalmente, de como a criança é tratada em casa e dos estímulos que recebe para aprender.

É fundamental entender também que o aprender é um processo contínuo e não cessa quando a criança está em casa. Quando a família passa a perceber sua devida importância nesse processo ela possibilita a promoção da verdade educativa significativa do sujeito enquanto cidadão livre, autónomo e pensantes. A família é o primeiro e principal contexto de socialização dos seres humanos, é um entorno constante na vida das pessoas; mesmo que ao longo do ciclo vital se cruze com outros contextos como a escola e o trabalho.

A família deve ser a principal responsável pela formação da consciência do cidadão e da criança, como também o apoio é importante no processo de adaptação para a vida em sociedade. Uma boa educação dentro de casa garante uma base mais sólida e segura no contacto com as adversidades culturais e sociais, características do período de amadurecimento.

Percebe-se que, a participação e colaboração da família no ambiente escolar é muitíssimo importante, pois, facilita no desenvolvimento integral dos filhos, ora bem, quando ocorre essa integração o professor participa efectivamente da vida do educando.

1.9. O ensino das línguas nacionais em Angola e sua expansão

Desde que a criança desenvolve a sua língua materna, ganha competências que lhe permitem comunicar. Esta aquisição e competências para a comunicação só são possíveis através da interacção com o adulto que é visto como um modelo de comunicação.

De acordo com a definição da UNESCO, língua oficial é aquela utilizada no quadro das diversas atividades oficiais: legislativas, executivas e judiciais de um estado soberano ou território. É a língua consagrada na lei (através da constituição ou de lei ordinária), ou apenas pela via do costume, de um país, estado ou outro território

como a língua adotada nesse país, estado ou território. A(s) língua(s) oficial(is), cuja escolha depende de razões políticas, deve ser aquela empregada em todo e qualquer ato oficial referente ao poder público, seja de direito externo (tratados e convenções internacionais), seja de direito interno (constituição, leis ordinárias, atos políticos, sentenças judiciais, atos administrativos, discursos oficiais, etc.). A língua oficial será, em princípio, a língua falada pela população de cada estado ou território e consequentemente, será a língua ensinada nas escolas. Miguel (2019)

Em Angola, que tem a Língua Portuguesa como oficial, a questão idiomática é motivo de reflexão visto a ampliação do ensino da língua nacional “Umbundu”.

1.10. Línguas oficiais versus línguas nacionais

Língua nacional" e "língua oficial" são melhor entendidas como dois conceitos ou categorias jurídicas com alcances de significado que podem coincidir, ou podem ser intencionalmente separados. As nações apátridas não estão em posição de legislar uma língua oficial, mas suas línguas podem ser suficientemente distintas e bem preservadas para serem línguas nacionais. Algumas línguas podem ser reconhecidas popularmente como "línguas nacionais", enquanto outras podem gozar de reconhecimento oficial em uso ou promoção. Rogero (2012).

Em muitos países africanos, algumas ou todas as línguas indígenas africanas são oficialmente usadas, promovidas ou expressamente autorizadas a serem promovidas (geralmente ensinadas nas escolas e escritas em publicações importantes) como línguas semioficiais, seja por legislação de longo prazo ou de curto prazo, medidas executivas (governamentais) caso a caso. Para ser oficial, as línguas faladas e escritas podem gozar de uso governamental ou federalizado, grande promoção financiada por impostos ou pelo menos tolerância total quanto ao seu ensino e reconhecimento dos empregadores na educação pública, em pé de igualdade com a(s) língua(s) oficial(ais). Além disso, eles podem ser reconhecidos como uma língua usada na escolaridade obrigatória e o dinheiro do tesouro pode ser gasto para ensinar ou encorajar adultos a aprender uma língua que é minoritária em uma área específica para restaurar sua compreensão e espalhar suas histórias morais, rimas, poemas, frases, canções e outras heranças literárias que promovam a coesão social (onde outras línguas permanecem) ou promovam a diferenciação nacionalista onde outra língua não indígena é preterida. Rodrigues (1997)

1.11. A importância da aprendizagem das línguas nacionais

Angola se encontra na África Austral e Subsaariana. Especificamente, o país está localizado na costa sudoeste do continente, fazendo fronteira ao norte e nordeste com os dois Congos (Kinshasa e Brazzaville), ao leste com a Zâmbia e ao sul com a República da Namíbia. Ao oeste é banhada pelo Oceano Atlântico. O território angolano tem uma área de 1.246.700km². No que diz respeito à divisão político-administrativa, Angola é composta por 18 províncias. Quanto às famílias de línguas, há presença da Níger-Cordofania (com o maior ramo bantu), Khoisan e a Indo-europeia, representada efectivamente pela língua portuguesa. Observam-se com maior evidência os diversos grupos étnicos Bantu, como os Ovimbundu, Ambundu, Bakongo, Tucokwe, Ovakwanyama, Ovanyaneka, Vangangela, Ovahellelo, Vambunda e Valuvale. Silas (2000, p.10)

Em termos de uma geolinguística, podemos dizer que Angola está organizada em zonas de práticas que misturam línguas Bantu e o português. Assim, temos a seguinte configuração geral: Na zona norte, coberta pelas províncias de Cabinda, Uíge e Zaire, prevalece a língua Kikongo e suas variantes. Na zona central, recoberta pelas províncias de Luanda, Bengo, Kwanza Norte, Kwanza Sul e Malanje, prevalece a língua kimbundu e suas variantes. Já na zona centro-sul, chamada de planalto central, onde estão as províncias de Benguela, Huambo e Bié, predomina a língua umbundu e suas variantes. Na zona Leste (nordeste a sudeste), conhecida pelas províncias de Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico e Kwando Kuvangu, predomina o cokwe, considerado uma língua franca¹. Além dessas zonas, registamos a região de Kunene, com o oshikwanyama, e a do Namibe e Huíla, com o olunyaneka e suas variantes.

Diante desse cenário, verificamos que o português não pode ser a única língua de escolarização, devendo-se considerar as línguas kikongo, kimbundu, cokwe, oshikwanyama e olunyaneka, distribuídas pelas diferentes zonas indicadas. Neste artigo, nos posicionamos contra o mito do monolinguismo educacional, em que a concepção de educação vigente se apoia em modelos centrados em uma política de língua única. Concordamos, assim, com Kajibanga (2010, p. 100), para quem Angola deve ser vista no “contexto de dificuldade em estabelecer uma concepção de educação que contemple a diversidade étnica no âmbito de uma ideia de

‘angolanidade’”. As políticas linguísticas bilíngues, portanto, estão aliadas a uma concepção mais ampla de educação, que dialoga com práticas e saberes locais, interculturais e multilíngues. Silas (2000, p.25)

Nosso posicionamento a favor de uma educação bilíngue e intercultural se justifica: discursos recentes têm reforçado uma certa supremacia da língua portuguesa em Angola, a exemplo do Censo de 2014², segundo o qual a língua portuguesa seria falada por 71% da população das áreas urbanas, contra 49% de não falantes de português nas áreas rurais. Essa visão tem fortemente veiculado a ideia de que a língua portuguesa é a mais falada no conjunto do território nacional. Essa estatística tendenciosa camufla a evidência de que as línguas majoritárias no país são as línguas Bantu. Silas (2000)

Sabe-se que a política de imposição do português em Angola tem gerado efeitos delicados, a exemplo do constrangimento linguístico e social vivido pelas pessoas mais velhas das regiões rurais e, também, nas cidades, devido à obrigação de se comunicarem em português. Nossa constatação da realidade linguística no país revela que a língua portuguesa é a segunda língua da maioria dos angolanos. Inclusive, mesmo aqueles supostamente que a têm como língua materna – por ser a primeira aprendida oralmente como instrumento de comunicação diária –, sabemos que seus progenitores, a quem recaiu a responsabilidade de transmitir a língua, têm como língua materna uma das línguas Bantu.

Este trabalho se estrutura em duas partes: inicialmente, abordamos os sistema educacional angolano, atentando para discursos e práticas institucionalizadas, bem para como para os conceitos de língua e de educação; na segunda parte, trazemos exemplos que ilustram os dissensos e incongruências das políticas educacionais calcadas no monolinguismo do português, atentando para a diversidade linguística que emerge das situações de aprendizagem do português por falantes de língua bantu como língua materna.

Com base o nosso tema sobre importância da Aprendizagem das línguas Nacionais” é obviamente verdade que o português é a língua oficial de Angola, mas o país conta com quatro línguas africanas reconhecidas como línguas nacionais — ocôkwe (pronuncia-se tchokué), o kikongo, o kimbundu e o umbundu — e mais outras línguas africanas e inúmeros dialectos.

Cerca de 70% da população fala a língua oficial angolana, o Português, as outras línguas não oficiais e bastantes faladas são os idiomas de origem Bantú, o seja o Ovimbundo, o Kimbundo, o Kikongo, o Lunda, o Ganguela, o Luchaze e o Ovampo. O Bochimano, e todos os dialectos daí provenientes, são falados no sul, por uma pequeníssima minoria, junto ao Rio Cunene. Câmara (1979)

As línguas originalmente faladas em Angola, como em qualquer país africano, são as dos povos africanos residentes na região. A implantação geográfica destes povos, hoje designados como etnias, no fim da era colonial depreende-se do mapa constante desta página; apesar das vicissitudes das décadas pós-coloniais, esta distribuição espacial continua no essencial inalterada. Convém reter que, em termos globais, a esmagadora maioria dos angolanos – perto de 90% – é de origem Bantu. Bueno (2000)

O principal grupo étnico Bantu é o dos Ovimbundu que se concentra no centro-sul do país, ou seja, no Planalto Central e algumas áreas adjacentes, especialmente na faixa litoral a Oeste do Planalto Central. Os Ovimbundu constituem hoje um pouco mais da terceira parte da população, e a sua língua, o Umbundu, é por conseguinte a segunda língua mais falada em Angola (a seguir ao português) com quatro milhões ou mais de falantes. Por causa da Guerra Civil Angolana, muitos Ovimbundu fugiram das zonas rurais para as grandes cidades, não apenas para Benguela e Lobito, mas também para Luanda e até para cidades geograficamente periféricas como Lubango, transportando assim a sua língua para regiões onde esta antes não era falada. Silas (2000, p.35)

Em termos de importância numérica, o segundo grupo são os Ambundu que representam cerca da quarta parte da população. A sua língua, o kimbundu, é falada por cerca de três milhões de falantes, maioritariamente na zona centro-norte, no eixo Luanda-Malanje e no Kwanza-Sul. O kimbundu é uma língua com grande relevância, por ser a língua tradicional da capital, hoje provavelmente com mais de 5 milhões de habitantes. O kimbundu legou muitas palavras à língua portuguesa e importou desta, também, muitos vocábulos.

No norte, nas províncias do (Uíge, do Zaire) e parte do Kwanza-Norte, concentra-se a maior parte dos Bakongo que representam hoje pouco mais de 10% da população. A sua língua kikongo (ou kikongo) era a do antigo Reino do Kongo e tem diversos dialectos (tal como também as tem o umbundu e o kimbundu). Em

consequência da guerra pela independência muitos Bakongo refugiaram-se na hoje República Democrática do Congo onde boa parte aprendeu também o francês e o lingala, língua de comunicação na parte ocidental daquele país. A maioria dos refugiados Bakongo, e/ou seus filhos e netos, regressou para Angola a seguir à independência, reinstalando-se em geral no seu habitat de origem, mas formando também núcleos populacionais importantes nas cidades situados fora desta área, principalmente em Luanda. Deste modo, também o kikongo, está hoje de algum modo presente em boa parte de Angola, com mais de um milhão de falantes.

Os Cômbe estão presentes numa boa parte do leste de Angola, desde a Lunda Norte ao Moxico e mesmo ao Bié. Enquanto mais a norte constituem, juntamente com os lunda, a população exclusiva, a sua presença mais a sul e cada vez mais dispersa e se mistura com a dos pequenos povos da região, habitualmente designados pelo termo Ganguela. A língua cômbe tem vindo a sobrepor ao lunda, mas aparentemente não às línguas de outros povos.

Os povos designados como Ganguela - Lwena, Luvala, Mbunda, Lwimbi etc. - não constituem uma etnia abrangente, e cada um fala a sua língua, embora estas sejam de certo modo aparentadas. A que frequentemente se designa como "língua nganguela" é na verdade apenas a de uma população residente a leste e sul de [[Menongue}}.

Um outro conjunto de povos é, desde os tempos coloniais, classificado como Nyaneka-Khumbi, mas tão pouco constituem uma etnia abrangente, nem pela sua identidade social, nem por uma língua comum.

Diferente é o caso dos Ovambo que são um grande grupo étnico existente principalmente na Namíbia, mas em parte significativa também na província do Cunene, no sul de Angola. A sua língua é o Oshivambo, a língua africana mais importante da Namíbia. Em Angola esta língua é geralmente falada na forma dos dialectos próprios dos diferentes subgrupos. O subgrupo de maior destaque é aqui o dos Kwanyama (também escrito "cuanhama"), mas há ainda os Kwamatu, os Kafima, os Evale e os Ndombondola. Silas (2000)

No sudoeste de Angola existem pequenos povos aparentados aos Herero, principalmente os Vakuval ("Mucubais"), os Himba e os Dimba.

A situação étnica e linguística actual no extremo sudeste de Angola, na província do Cuando Cubango, é mal conhecida e constitui neste momento o objecto de um estudo em curso.

Finalmente existem no sul de Angola grupos residuais de khoisan, descendentes de povos não bantus que falam as suas línguas específicas.

Por último, cerca de 3% da população actual é caucasiana (maioritariamente de origem portuguesa) ou mestiça, população que se concentra primariamente nas cidades e tem o português por língua materna. De referir, ainda, a existência de um número considerável de falantes das línguas francesa e lingala, explicada pelas migrações relacionadas com o período da luta de libertação e pelas afinidades com as vizinhas República do Congo e República Democrática do Congo.

1.12. Promoção das línguas nacionais

Desde que a criança desenvolve a sua língua materna, ganha competências que lhe permitem comunicar. Esta aquisição e competências para a comunicação só são possíveis através da interacção com o adulto que é visto como um modelo de comunicação.

Durante o período colonial, o uso das línguas indígenas estava praticamente circunscrito ao ensino do catolicismo. Contudo, a língua portuguesa não conseguiu fixar-se em todo o território devido à limitada utilização que as populações africanas dela faziam, principalmente nas zonas rurais, permanecendo as línguas indígenas, relativamente intactas. Amélia (2012)

Com a independência do país, algumas dessas línguas adquirem o estatuto de línguas nacionais, coexistindo com a língua portuguesa como veículos de comunicação e expressão, teoricamente em pé de igualdade.

Com vista à valorização, utilização e promoção das línguas locais, o Instituto de Línguas Nacionais de Angola fixou normas ortográficas dos idiomas cõkwe, kikongo, kimbundu, nyemba (gangela), oshikwanyama e umbundo, estudando os aspectos fonéticos, fonológicos, morfossintácticos, lexicais e semânticos. Os resultados deste trabalho de investigação serviram de base à elaboração de material didáctico para a futura introdução destas línguas no ensino primário, em paralelo com o português.

Nos media as línguas africanas são também utilizadas, por exemplo, pela emissora de rádio Ngola Yetu (Nossa Angola, em kimbundu), que emite diariamente programas e notícias em sete idiomas.

1.13. Português de Angola

Toda a língua é produto de uma comunidade social específica e, enquanto veículo viabilizando as interacções comunicacionais entre os membros dessa comunidade, é com ela e, através dela, que as sociedades não só partilham conhecimentos, sentimentos e ambições comuns, como também, conformam um Saber geral endógeno, através de textos orais e escritos. À semelhança do que aconteceu com todos os outros Povos, em Angola, foi pela via da oralidade que vieram à luz, os primeiros textos de cariz cultural. Câmara (1979)

A experiência colonial criou condições para a emergência, no País, de dois tipos de criações culturais, a saber, textos orais e textos escritos. Os primeiros tiveram como língua de expressão as línguas locais e, os segundos a língua portuguesa. Amélia (2012)

A adopção da língua do antigo colonizador como língua oficial foi um processo comum à grande maioria dos países africanos. No entanto, em Angola deu-se o facto pouco comum de uma intensa disseminação do português entre a população angolana, a ponto de haver uma expressiva parcela da população que tem como sua única língua aquela herdada do colonizador.

São vários os motivos que explicam esse fenómeno. O principal foi a implantação, pelo regime colonial português, de uma política assimiladora que visava a adopção, pelos angolanos, de hábitos e valores portugueses, considerados "civilizados", entre os quais se encontrava o domínio da língua portuguesa. Por outro lado, há que ter em conta também a presença de um elevado número de colonos portugueses, espalhados por todo o território, bem como dos sucessivos contingentes militares portugueses que, durante o longo período da Guerra Colonial, se fixaram no interior do país.

Apesar de ser um processo impositivo, a adopção do português como língua de comunicação corrente em Angola propiciou também a veiculação de ideias de emancipação em certos sectores da sociedade angolana. Principalmente a partir de meados do século XX, a língua portuguesa facilitou a comunicação entre pessoas de

diferentes origens étnicas. O período da guerra colonial foi o momento fundamental da expansão da consciência nacional angolana. De instrumento de dominação e clivagem entre colonizador e colonizado, o português adquiriu um carácter unificador entre os diferentes povos de Angola.

Com a independência em 1975, o alastramento da guerra civil, nas décadas subsequentes, teve também um efeito de expansão da língua portuguesa, nomeadamente pela fuga de populações rurais para as cidades—particularmente Luanda -- levando ao seu desenraizamento cultural e forçando a rápida adopção do português.

A própria implantação do novo Estado nacional reforçou a presença do português, usado no exército, no sistema administrativo, no sistema escolar, nos meios de comunicação, etc.

Embora, oficialmente, o governo angolano declarasse defender as línguas nacionais, na prática, tendeu sempre a valorizar exclusivamente aspectos que contribuíssem para a unificação do país—o português como a única língua unificadora—em detrimento de tudo o que pudesse contribuir para a diferenciação dos grupos e a tribalização — a miríade de línguas e dialectos regionais e étnicos.

As línguas nacionais ainda sejam as línguas maternas da maioria da população, o português é já a primeira língua de 30% da população angolana—proporção que se apresenta muito superior na capital do país -- e 60% dos angolanos afirmam usa-la como primeira ou segunda língua.

Língua oficial e do ensino e um dos factores de unificação e integração social, o português encontra-se aqui em permanente transformação. As interferências linguísticas resultantes do seu contacto com as línguas nacionais, a criação de novas palavras e expressões forjadas pelo génio inventivo popular, bem como certos desvios à norma padrão de Portugal, imprimem-lhe uma nova força, vinculando-a e adaptando-a cada vez mais à realidade angolana. Alguns dos muitos exemplos são as palavras: "kamba", "kota", "caçula" ou "bazar", que provêm de vocábulos kimbundu, di-kamba (amigo), dikota (mais velho), kasule (o filho mais novo) e kubaza (fugir), respectivamente. Para além dos já plenamente dicionarizados na língua portuguesa, batuque, bobó, bunda, bumar, bué, cambolar, capanga, catinga, curinga, dendê, gingar, ginguba, jimbolo, jingo, machimbombo, maxim,

minhoca, missanga, mocambo, mocotó, moleque, munda, mupanda, mutula, muzungo, pupu, quibuca, quilombo, quitanda, samba, sibongo, tacula, tamargueira, tanga, tarrafe, tesse, ulojanja, umbala, xingar e muitos outros.

A língua literária em Angola distinguiu-se sempre pela presença das línguas locais, expressamente em diálogos ou interferindo fortemente nas estruturas do português. Embora quase exclusivamente em língua portuguesa, a literatura angolana conta também com algumas obras em kimbundu e umbundo.

1.14. As principais Línguas Nacionais

As principais línguas nacionais: umbundu, kimbundu, kikongo, fiote, tchokwe, n'ganguela e kunhama.

A língua nacional com mais falantes em Angola é o umbundu, falado pelos Ovimbundu na região centro-sul de Angola e em muitos meios urbanos. É língua materna de cerca de um terço dos angolanos . Rodrigues (1997)

O kimbundu (ou quimbundo) é a segunda língua nacional mais falada - por cerca da quarta parte da população, os Ambundu que vivem na zona centro-norte, no eixo Luanda-Malanje e no Kwanza Sul. É uma língua com grande relevância, por ser a língua da capital e do antigo Reino do Ndongo. Foi esta língua que deu muitos vocábulos à língua portuguesa e vice-versa.

O kikongo (ou quicongo) falado no norte, (Uíge e Zaire) tem diversos dialectos. Era a língua do antigo Reino do Kongo, e com a migração pós-colonial dos Bakongo para o Sul esta tem hoje uma presença significativa também em Luanda. Ainda nesta região, na província de Cabinda, fala-se o fiote ou ibinda. O chocué (ou tchokwe) é a língua do leste, por excelência. Tem-se sobreposto a outras da zona leste e é, sem dúvida, a que teve maior expansão pelo território da actual Angola, desde a Lunda Norte ao Cuando-Cubango. Kwanyama (Cuanhama ou oxikwanyama), Nhaneca (ou nyaneca) e sobre tudo o umbundo são outras línguas de origem Bantu faladas em Angola. No sul de Angola são ainda faladas outras línguas do grupo khoisan, faladas por pequenos grupos de San, também chamados bosquímanos. Rodrigues (1997).

1.15. Aprendizagem das línguas nacionais

Actualmente em Angola, a aprendizagem das línguas nacionais ou maternas tornou-se uma exigência dos tempos actuais, uma condição imprescindível para a afirmação da identidade cultural e consolidação das independências alcançadas, com muito suor.

Alguns Estados, tendo alcançado a independência, tomaram consciência da necessidade urgente do ensino/aprendizagem das línguas nacionais e ao fazê-lo, fizeram-no de forma negativa, travando uma guerra contra as línguas estrangeiras (supressão imediata). Este procedimento teve consequências nefastas na medida em que, sim, as línguas nacionais são um veículo de transmissão dos valores culturais; porém, as línguas estrangeiras são, por seu turno, uma janela aberta ao mundo exterior. Outros Estados fizeram-no de forma diferente, apostando na introdução de línguas maternas no ensino, ao mesmo tempo que se ensinava/aprendia uma língua estrangeira.

No Ruanda, por exemplo, algumas línguas autóctones adquiriram o estatuto de nacionais ao lado do inglês e [do] francês que são ensinados nas escolas a partir dos níveis mais rasos de ensino. Na Nigéria, as três línguas principais (hausa, yoruba e igbo) são ensinadas nos liceus e escolas normais, e são propostas como matérias opcionais nos exames nacionais. Na Tanzânia, o kiswaili [suaíli, em português], da zona costeira, tornou-se a língua da construção da nação e assim a língua oficial.

Houve, para o efeito, um trabalho duro e esforços coerentes de gestão terminológica, e os resultados são assustadores¹: hoje, os tanzanianos conhecem melhor essa língua do que o inglês. Outros Estados, ainda, conjugaram o ensino simultâneo das línguas nacionais e estrangeiras. Em certos países nenhuma língua foi objecto de directiva, legislação ou política.

Em Angola, a panorâmica político-linguística é suis generis. Durante o colonialismo, as línguas locais (indígenas) estavam circunscritas ao ensino religioso (via catequese), principalmente efectuado nas zonas rurais, onde o português não conseguiu penetrar e assentar-se por causa da limitada utilização por parte da população indígena, facto que fez com que as línguas indígenas se mantivessem quase intocáveis.

Aprender uma segunda língua ajuda a criança a entender a sua língua materna e a reconhecê-la como um sistema linguístico entre tantos outros, beneficiando assim o desenvolvimento de suas habilidades linguísticas.

1.16. Estratégias e recursos de ensino da Língua Nacional

Antes de entrar no cerne do assunto em questão, importa realçar que, as estratégias e recurso de ensino são aplicados fruto das causas complexas das dificuldades de aprendizagens diagnosticadas no âmbito familiar, escolar, social e psicológico da criança primária. Ora bem, implica dizer que, toda e qualquer estratégia aplicada devem basear-se na realidade profundas e complexa da criança (realidades familiar, pedagógica, cultural e social). No entanto, como está a se falar de crianças primárias tudo assenta-se no princípio do amor.

Segundo Roterdão (2008), o ensino da Língua Nacional deve assentar no amor, pois, é um elemento importantíssimo no conceito de ensinar à criança de forma afectiva, significativa e sintética. Ela deve ser ensinada pelo método do amor e não por castigos físicos, pois, estes contrariam a sua natureza de aprendizagem.

Desde que a criança desenvolve a sua língua materna, ganha competências que lhe permitem comunicar. Esta aquisição e competências para a comunicação só são possíveis através da interacção com o adulto que é visto como um modelo de comunicação.

Assim as crianças devem conviver em um cenário mais harmonioso, pois, “enquanto a tirania coage cidadãos pelo pavor, a função da realeza governamental prima em mantê-los no clima da benevolência, moderação e prudência” (Roterdão, 2008, p.85).

No seio da família ou nas escolas, não importa, o autor acima citado é contra os castigos físicos sobre a criança e assim diz: “O certo é que, com pancadaria trucidas antes de corrigir quem podes conduzir a teu talento, mas com mais repreensão branda”. Pancadaria embora a natureza da criança, mansidão e brandura a estimula.

Corrigir por meio de temor a pena é coisa de escravos, e os filhos devem ser livres, receber educação liberal, Erasmo (2008, p. 89) afirma que “É coisa de escravidão corrigir por meios do temor à pena. Se é corrente chamar os filhos pelo qualificado de “livres”, justamente por convir-lhes educação liberal, então em nada sejam equiparados a servos”.

Na verdade, os maus tratos fazem com que a criança se torne rebelde e não aceite mais a instrução por meio das palavras. É que a criança é por natureza dócil:

Aí, nada mais contraproducente que habituá-la aos flagelos. Essa enormidade transmuta a índole mais dócil em rebeldia e produz os desanimados ao desespero. A assiduidade de castigos debilita o corpo enquanto a mente fica insensível à força da palavra. Também aquela frequência de repreensões acrescida deve ser eliminada. Roterdão (2008, p.96-97).

E, Roterdão atesta o uso corrente do castigo nas escolas em sua época: “assim procede a maioria dos pedagogos que se limita a castigar por faltas cometidas, mas omite-se em instruir o educando no modo de agir correctamente.” (Erasmus, 2008, p. 103). Por isso, um pedagogo competente se recusa a castigar o educando, pelo contrário busca incentivar incentivá-lo a trilhar o caminho correcto desenvolvendo apropriadamente sua natureza.

Para o pedagogo Roterdão (2008,p.143), importa saber que, a arte de instruir criança consta de diversas etapas, e no entanto, enumera-se quatro etapas de formação do espírito tenro da criança, ou seja, de moldagem de sua natureza: para a piedade, para o amor às belas artes, para os deveres da vida e para a civilidade. E, em todas essas etapas o pedagogo deve ter maturidade, afectividade, saber conviver com as diferenças, bem como, não discriminar os alunos pobres ou ricos. Tais qualidades devem estar presentes na vida do educador porque ele deve amar seus alunos e incentivá-los mesmo diante de um erro instruindo-os a agirem de modo correcto.

Advém aqui pensar, se os castigos físicos fazem com que a criança perca o gosto pelas palavras. Pois bem a criança deve ser educada por meio do incentivo amoroso. Ele diz: “o certo seria que a criança recebesse alento a fim de amar os estudos e aprendesse a ter receio em decepcionar o mestre” (Erasmus, 2008, p.104). A criança é por natureza propensa a elogios.

O pedagogo deve elogiar pelos actos correctos e pelo bom procedimento da criança. Sua natureza está mais afeita a esse tipo de atitude. Ele deve admitir e amar os educandos, para que estes:

Atentem eles para o fato de serem alguns elogiados pelo bom procedimento enquanto outros são vituperados por seus erros. Que contemplem os exemplos

daqueles que abeberam, na fonte da educação, glória altaneira, riqueza, altivez e autoridade (Roterdão, 2008, p.98).

A ignorância não leva a nada, de tal forma que quando o professor precisar corrigir a criança deve advertir e não castigar. Para tanto, Erasmo toma o exemplo do que acontece com o aprendizado dos servos: “o servo de temperamento flexível corrige-se mais rápido com advertência, com o sensor de vergonha e de responsabilidade do que a chibatada” (Roterdão, 2008, p.89). Se isso ocorre com um escravo, que dizer de um ser liberal? Pois, a criança é por natureza um ser livre.

Dessa maneira, o professor deve repassar aquilo que é necessário ao aluno com amor e descontração para que a criança assimile por meio da brincadeira. O lúdico faz parte da natureza infantil.

Necessário é que o educador, ao repassar aquilo a que acenamos acima, na seja exigente nem severo e, sim, antes assíduo que opressor. A assiduidade não deprime desde que moderada, isto é, conduzida pela anti monotonia em ritmo de desconcentração. Em suma, que tudo isso seja veiculado sem o feitiço de trabalho, pois a criança faz tudo a título de brincadeira Erasmo (2008, p.133).

Para aprender, o primeiro passo é o professor amar o aluno, para que com o passar do tempo a criança possa retribuir pelos estudos.

Segundo Roterdão (2008), o primeiro grau da aprendizagem consiste no amor ao professor. Com o caminhar do tempo, a criança, que foi iniciada no amor ao estudo por causa do amor ao mestre, passa a amar o mestre por amor ao estudo” assim, se pode dizer que se aprende mais quando se ama e se amado. Isso pertence à natureza do homem, principalmente na fase infantil.

Quando se ganha presentes de uma pessoa querida, são guardados com carinho, do mesmo modo, os estudos serão bem aceitos quando a criança gostar do mestre:

Do mesmo modo que presentes e outros tipos de mimos são bem-vindos juntamente por provirem de pessoas muito queridas, assim os estudos, enquanto não podem ser ainda apreciados por si mesmos, ficam encarecidos pelo afecto que devota aos mestres Roterdão, (2008, p.82).

Desta maneira "aprendemos, sim, com muito entusiasmo, daqueles aos quais amamos" Roterdão (2008, p.82).

Em sínteses, percebe-se que, o método do amor e o ensino da motricidade escrita, leitura e não só, são técnicas que de certa maneira que estimulam e desenvolvem a capacidade da leitura e escrita das crianças, no entanto, isto acontece, quando a mesma for tratada com amor e carinho, pois, num futuro se tornará um homem bom. Certamente, isso advém da educação que ela recebe, sem maus tratos e sim incentivada pelo amor aos estudos e bons costumes.

1.17. Inclusão das línguas nacionais no sistema de ensino

Desde que a criança desenvolve a sua língua materna, ganha competências que lhe permitem comunicar. Esta aquisição e competências para a comunicação só são possíveis através da interação com o adulto que é visto como um modelo de comunicação. Osório (1996)

O professor da escola rural se vê diante de um universo linguístico no qual os alunos se tornam estrangeiros em sua própria terra, uma vez que a língua e a cultura difundidas pela escola não os representam. O professor muitas vezes busca adotar uma pedagogia baseada na negociação entre a língua portuguesa, a língua de ensino e a língua nacional.

Visa permitir que muitas crianças deixem de ter dificuldades em aprender a língua portuguesa, tendo em conta que mais de 60 por cento dos petizes angolanos usam o português como segunda língua de comunicação. Salienta-se que muitas dificuldades que se registam na aprendizagem de português têm a ver com a tradução literal que várias pessoas, em particular as crianças, fazem a partir da sua língua materna. Bueno (2000)

Aparentemente, adianta-se, não haver vantagens na inclusão das línguas nacionais no sistema de ensino devido a globalização que obriga as pessoas a aprender o inglês e francês, que têm dominado o mundo. Fez saber que esta acção é muito importante para os angolanos, uma vez que em Angola existem ainda zonas em que as pessoas só dominam a língua local, possuindo apenas algumas noções de português. Osório (2000)

A aprendizagem das línguas nacionais serve ainda como forma de resgate da identidade cultural do povo angolano e de preservação de hábitos e costumes.

O professor da escola rural se vê diante de um universo linguístico no qual os alunos se tornam estrangeiros em sua própria terra, uma vez que a língua e a cultura difundidas pela escola não os representam. O professor muitas vezes busca adotar uma pedagogia baseada na negociação entre a língua portuguesa, a língua de ensino e a língua nacional.

Para compreendermos como se dá a relação entre as línguas em sala de aula de contexto rural, participamos da aula de um professor da escola primária de Nguvu, localizada na província de Malanje, direcionada a alunos da 3.^a classe⁵. Note-se que essa região, durante o período colonial, foi habitada predominantemente pelos grupos linguísticos Mbundu ou Ambundu, divididos nos subgrupos Ngola, Mbaka, Mandongo e Malangue. A escola de Nguvu foi aberta em 2002 para compensar a distância que percorriam as crianças para terem acesso ao ensino. A referida escola conta com duas salas de aulas construídas com argila, sendo que o chão não é pavimentado, e o local não tem portas e nem banheiros. Tal escola conta com quatro professores e cerca de 60 alunos, distribuídos entre a 1.^a classe e a 4.^a classe.

De forma contrastante com essa carência material, salientamos a fartura e riqueza linguístico-cultural da escola. Dentre os vários elementos observados em sala de aula, destacamos a maneira como a língua kimbundu emerge nas práticas escolares, na contramão de uma legislação prévia ou orientação normativa. O excerto abaixo, com anotações feitas em diário de campo, é relativamente longo, mas relevante para ilustrar a nossa perspectiva empírica. Bernando (2018)

Estávamos em sala de aula, de terra batida e de estrutura de barro. O chão da sala fazia levantar poeira quando da movimentação do professor. Cada aluno utilizava cadeiras trazidas de casa, sem tampo para poder pousar o caderno. Era visível também o número de crianças ao redor da escola a confabularem em kimbundu, menos interessadas com a escola. Em sala de aula, o professor começou por falar sobre formação de palavra aos alunos e colocou no quadro algumas palavras soltas, de modo que eles pudessem formar palavras. Considerando que a explicação do professor tinha sido dada em língua portuguesa, os alunos não perceberam o que realmente deveria ser feito. O professor insistiu e a explicação não surtiu efeito. Notei que o docente receava explicar em língua nacional com receio de ser informado à Delegação Provincial da Educação. Estendeu um olhar demorado sobre mim até que pedi a ele que fizesse o seu trabalho à vontade. Como tem sido já sua prática, quando

os alunos não entendem determinados assuntos, ele recorre à língua kimbundu; e assim o fez. Com a explicação nessa língua foi possível a compreensão e a realização da tarefa. Uma das estratégias utilizadas pelo professor foi o uso da língua kimbundu para mandar tarefa para casa, sabendo que no seio familiar a língua predominante é a nacional e não a oficial. (Bernando, 2018)

Do relato descrito acima, percebemos que a sala de aula pode se tornar um lugar de agregação, compartilhamento e envolvimento para os alunos quando o local se torna permeado por práticas linguísticas bilíngues, ou o que podemos também chamar de práticas translíngues, entendidas como o envolvimento dos sujeitos com práticas discursivas que acionam recursos semióticos e linguísticos variados para a construção de sentidos válidos localmente.

Nesse contexto, as práticas linguísticas são vistas como “um repertório linguístico com características que foram socialmente construídas como pertencentes a duas línguas separadas”⁶ (Garcia e Wei, 2014, p. 2). Apesar da língua portuguesa assumir um lugar simbólico central em sala de aula, notamos que o conhecimento formal do professor sobre essa língua – nos termos de uma língua sistematizada aos moldes europeus – é reduzido. O mesmo ocorre em uma série de escolas rurais de Angola e de outros países africanos.

Na escola de Nguvu, os professores e os alunos em momentos de intervalo/recreio, por exemplo, mantinham as suas conversas em kimbundu e, por vezes, mesclando as duas línguas, de forma a não identificarmos os limites entre ambas. Ademais, é visível o poder que os discursos oficiais assumem – no que tange ao ensino de língua portuguesa – no imaginário do docente que, em algum momento, teve receio de ser denunciado por usar a língua angolana no contexto escolar.

Por fim, sobre as observações nessa escola rural, percebemos que há uma preocupação dos residentes de Nguvu sobre a língua e sua cultura, o que espelha uma tensão entre as políticas educacionais e as práticas e crenças locais. O excerto em kimbundu a seguir ilustra esse interesse da comunidade por suas questões, a exemplo da resposta oferecida por um estudante para a pergunta. (Bernardo, 2018, p. 95)

A língua materna faz parte de nossa estrutura. Aprende-se já na infância e vamos, a cada dia, entendendo sobre seu funcionamento. É por meio dela que nos

comunicamos, pensamos, sentimos, criamos e vivemos, sendo que ela é nosso sinónimo de identidade cultural.

1.18. O papel unificador do português

Com a independência, o Estado adoptou o português e atribuiu-lhe o estatuto de língua oficial. Este processo de adopção da língua do colonizador como língua oficial foi comum a quase todos os países africanos. Em Angola, porém, o português disseminou-se e estendeu-se a quase todos os cantos atingindo uma vasta parcela da população fazendo com que muitos tivessem essa língua herdada do colonizador como a sua única língua². Muitos factores militaram a favor dessa situação, tais como a política assimiladora do colonialista, a presença massiva de colonos portugueses em todo o território e a fixação de contingentes militares no interior do país.

O português, com esse estatuto, facilitou a comunicação e proporcionou a unificação entre os povos de diferentes etnias. Foi durante esse período que o Estado, tendo em vista a valorização, utilização e promoção das línguas locais, declara que, algumas entre as mais de trinta línguas locais, se tornassem línguas nacionais. [Entre] As que se tornaram línguas nacionais, estão o umbundu, kikongo, cokwe, kimbundu, nyaneka, kwanyama, ngangela e fiote³. Além disso, é criado o Instituto Nacional de Línguas para estabelecer normas ortográficas, estudar e investigar os aspectos linguísticos (fonéticos, fonológicos, sintácticos, morfológicos, lexicais, etc.) de algumas dessas línguas, trabalho que serviu de fundamento para a elaboração de material didáctico para a introdução do ensino dessas línguas nas escolas.

Apesar de o Estado [angolano] declarar que pretende defender, valorizar e promover as línguas nacionais, a verdade é que, na prática, tendeu a valorizar mais e exclusivamente os aspectos que contribuíssem para a unificação do país, e o português tornou-se a única língua unificadora, em detrimento daquilo que pudesse contribuir para a diferenciação dos grupos étnicos, tribalização, regionalização: línguas e dialectos étnicos.

Embora o objectivo da política linguística tenha sido claro em relação às línguas nacionais, e embora essas línguas sejam as línguas maternas da maioria da população, há ainda domínios da vida que resistem à sua introdução. Significa que não houve uma escolha clara de quais, de entre as línguas nacionais, deveriam entrar em determinados domínios da vida nacional em particular no ensino, na

administração, na comunicação com o mundo exterior, etc. Hoje, em Angola, apenas o ensino e a comunicação social (radiodifusão e televisão) parecem ter aceite de mão aberta a introdução das línguas nacionais. Outros sectores, como a administração e a imprensa escrita, resistiram.

Alfabetizar, ensinar ou escolarizar numa língua nacional pode ser um embaraço se a língua em causa não tiver sido ainda objecto de um trabalho de investigação no sentido da sua modernização lexicológica e terminológica, se ela não tiver sido dotada de todos os instrumentos que lhe permitem adaptar-se às exigências de um mundo globalizado e em constante mutação. Parece que, em Angola, a situação, neste sentido é mais favorável: uma boa parte das línguas nacionais foram objecto de um trabalho de investigação e estão devidamente modernizadas. Hoje, existem dicionários, gramáticas, Bíblias, manuais didácticos, poemas, livros de contos em algumas dessas línguas.

CAPÍTULO II: METODOLOGIA DE PESQUISA

Neste capítulo, apresenta-se o modelo de pesquisa utilizado, os diferentes métodos e técnicas fundamentais que permitirão o diagnóstico do objecto de investigação e do campo de acção do presente trabalho, assim como análise dos resultados da interpretação dos instrumentos aplicados, as insuficiências encontradas na pesquisa.

2.1. Tipo de pesquisa

O trabalho foi realizado com base na pesquisa descritiva, pois, este permite fazer um estudo aprofundado dos fenómenos em estudo observado. (Lakato e Marconi, 2014)

Pesquisa descritiva é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma acção ou com a resolução de um problema colectivo, envolvendo os pesquisadores e os participantes do problema de modo cooperativo ou participativo.

2.2. Modelo de abordagem

Quanto ao modelo de abordagem, o estudo enquadra-se numa abordagem mista, devido a integração sistemática de métodos quali-quantitativo ou misto num único estudo. Com o objectivo de obter uma visão mais abrangente e uma compreensão mais profunda sobre influência da Língua Nacional no processo de ensino-aprendizagem na 1ª Classe. Caso da Escola Primária nº 06, Município de Tomboco, Província de Zaire, 2022-2023.

2.3. Níveis de estruturação de métodos

Na presente pesquisa, usou-se como método geral o Dialéctico-Materialista, que permitirá conduzir toda a investigação e integrar os demais métodos particulares, nomeadamente: teórico, empírico e descritivo. (Lakato e Marconi, 2014).

a) Nível teórico

Permite uma abordagem face à situação, fenómenos ou problemas que se pretende estudar, partindo da perspectiva teórica. Dentre os vários, foram aplicados os seguintes:

- **Histórico-lógico:** permitiu realizar uma abordagem teórica sobre influência das línguas nacionais no processo de ensino-aprendizagem.
- **Método indutivo-dedutivo:** permitiu chegar às conclusões gerais a partir dos aspectos particulares das partes do objecto, as operações da dedução, que consiste em propor a caracterização particular de cada parte, tendo em conta as conclusões de maior nível de generalização a respeito do ensino das línguas nacionais aos alunos da escola primária em estudo.
- **Análise e síntese:** ajudará fundamentalmente na interpretação dos dados colectados, permitindo descodificar e explicitar a problemática do valor da família no desenvolvimento integral dos filhos.
- **Pesquisa bibliográfica:** permitiu o contacto directo com tudo o que foi escrito em relação ao tema em estudo, desde publicações, revistas, livros, pesquisas, monografias e dissertações.

b) Método de nível empírico

Estudam as características fundamentais e as relações essenciais dos objectos que são acessíveis à percepção sensorial, permitindo a realização do trabalho em forma de observação e inquérito.

- **Entrevista por inquérito:** com este método permitiu ao pesquisador chegar mais a fundo sobre influência das línguas nativas no ensino dos alunos da escola primária em estudo, porém, isto é, desde a essência das coisas, os fenómenos que se estudam e continuar as transformações que se fazem desde os pontos de vistas, interesses e aspirações dos entrevistados.

c) Método de nível estatístico

Utilizou-se de forma complementar, para revelação das tendências e relações dos fenómenos. Podem ser descritivamente e inferencial para o processamento das informações, que permitiu sintetizar, interpretar e apresentar dados percentuais da tabela conjunta da população, amostra e discussões de resultados.

2.4. Técnicas de recolha de dados

A recolha de dados é um especto fundamental na elaboração da parte empírica de um trabalho, por isso, deve ser bem preparada para o desenvolvimento das actividades de pesquisa. Para este trabalho utilizou-se o inquérito por questionário.

2.5. Instrumento e procedimentos

Para Marconi e Lakatos (2003), instrumentos são ferramentas utilizadas pelo pesquisador na recolha de dados de um determinado evento científico, ora bem, primeiro foram estruturadas as perguntas de acordo a temática de pesquisa e, posteriormente foi aplicado ao público-alvo.

a) Inquérito por questionário

Permitiu a obtenção de informações por parte do grupo-alvo sobre o assunto, mediante uma conversação de carácter profissional. Elaborou-se primeiro as perguntas de acordo as hipóteses e a realidade do valor das línguas nacional no contributo do desenvolvimento integral dos filhos e, posteriormente aplicou-se a entrevista aos membros de direcção, professores e pais encarregados de educação.

2.6. População e amostra

A população do estudo é constituído por 297 elementos. Que compreende, um director, um sub-director pedagógico, 5 professores e 65 encarregados de educação e 225 alunos.

Amostra é formada por 44 elementos que correspondem à 63,7% da população. o que conclui-se que, a referida amostra é de carácter representativo.

Tabela da população e amostra

Designação	População	Amostra	%
Directora	1	1	2,3
Sub-director pedagógico	1	1	2,3
Professores	5	2	4,5
Alunos	225	-----	-----
Encarregados de educação	65	40	90,9
Total	297	44	100

Fonte: Própria 2022/2023

2.7. Dificuldades encontradas

Ao longo do processo de pesquisa tive problemas relacionados a escolha do tema, dificuldade na aplicação dos métodos, percepção dos conteúdos, escassez de referências bibliográficas ou informações que sustenta a fundamentação teórica, dificuldades financeiras, falta de transporte algumas vezes quando fazia trabalho de campo, deixar a família para efectivar o processo de pesquisa, etc.

CAPÍTULO III: DISCUSSÃO E RESULTADOS

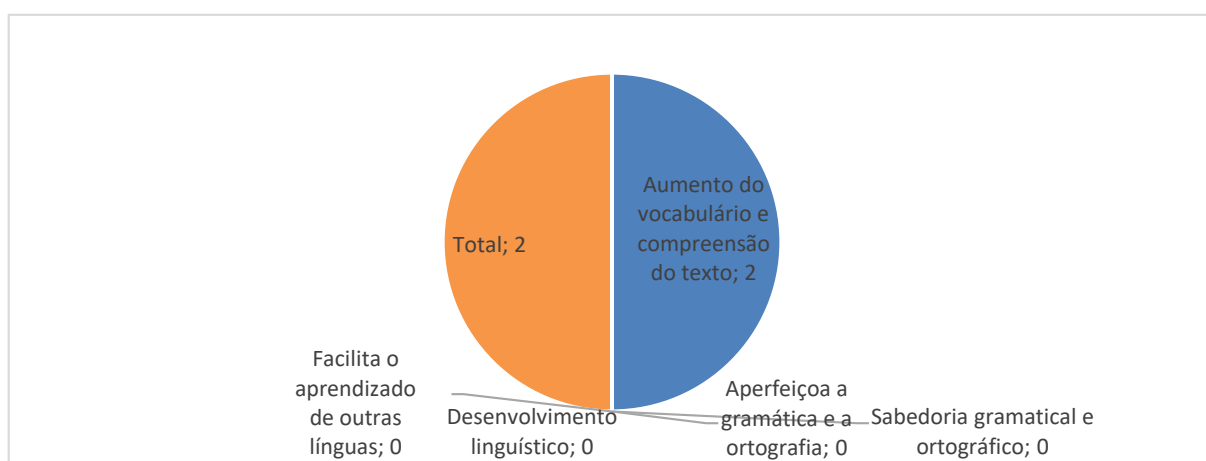
Neste capítulo, apresenta-se as análises e discussões dos resultados da pesquisa em questão, ou seja, aqui neste capítulo apresenta-se as respostas e as análises dos resultados das entrevistas por inquérito que foram submetidas ao grupo-alvo que fizeram parte directa do processo de pesquisa.

3.1. Apresentação e interpretação dos resultados

3.1.1. Interpretação dos resultados dos inquéritos feitos aos membros de direcção da Escola Primária nº 06, Tomboco, Zaire

Tabela nº 1: Perspectiva dos membros de direcção sobre influência da língua nacional:

Designação	Frequência	%
Aumento do vocabulário e compreensão do texto	2	100
Aperfeiçoa a gramática e a ortografia	00	00
Sabedoria gramatical e ortográfico	00	00
Facilita o aprendizado de outras línguas	00	00
Desenvolvimento linguístico	00	00
Total	2	100



Fonte: Própria 2022/2023

Quanto a questão do inquérito em causa, os gestores responderam que, o aumento do vocabulário e a compreensão textual tem sido o impacto mais predominante aos alunos da 1ª Classe da Escola em estudo.

Manter uma boa comunicação e ter o uso adequado de um bom vocabulário é essencial para o crescimento pessoal e o futuro profissional. Afinal, é por meio do vocabulário que pode-se expressar as ideias de forma clara, ter um bom relacionamento interpessoal e aumentar a produtividade. Peterson (2003).

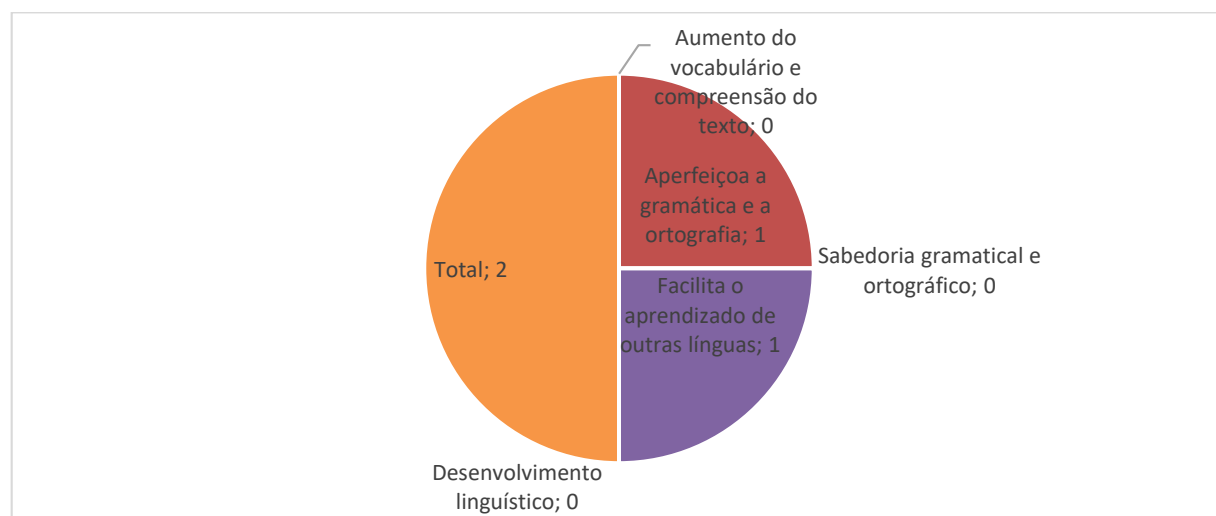
Os seres humanos, estão sempre em comunicação uns com os outros. Permitindo que essas relações interpessoais sejam enraizadas por meio da confiança, é imprescindível fazer bom uso do vocabulário. Também é importante lembrar que o diálogo e a escolha das palavras que utiliza-se estão totalmente atreladas ao ambiente em que estamos. Por isso, é fundamental ter um vasto conhecimento, sabendo se adaptar aos mais diversos locais de fala. Além de que, no ambiente corporativo, o uso apropriado das palavras e o conhecimento de uma maior variedade de vocábulos podem colaborar para que você se expresse melhor e também entenda o que as demais pessoas estão comunicando. Dessa forma, quando demonstra-se um vocabulário amplo, a conversa pode se desenvolver mais facilmente, sendo possível transmitir segurança ao apresentar sua habilidade de estruturar textos e argumentos fortes. Peterson (2003).

Compreende-se que, o domínio da língua nacional auxilia na compreensão, interpretar melhor, ler mais rápido e escrever com facilidade na língua em estudo. Além disso, pode contribuir para o desenvolvimento no momento de dialogar com os outros, desenvolver-se na carreira em que quer trilhar e otimizar sua postura profissional.

3.1.2. Interpretação dos resultados dos inquéritos feitos aos professores da Escola Primária nº 06, Tomboco, Zaire

Tabela nº 2: Ponto de vista dos professores sobre influência da língua nacional:

Designação	Frequência	%
Aumento do vocabulário e compreensão do texto	00	00
Aperfeiçoar a gramática e a ortografia	1	50
Sabedoria gramatical e ortográfico	00	00
Facilita o aprendizado de outras línguas	1	50
Desenvolvimento linguístico	00	00
Total	2	100



Fonte: própria 2022/2023

Diante dos inquéritos feitos, os professores tiveram uma visão de respostas diferentes, 50% dos professores que fizeram parte directa da pesquisa responderam que, a língua nacional tem como influência aos meninos da 1ª Classe o aperfeiçoamento da escrita, ao passo que outros 50% responderam que, a influência da língua nacional aos alunos primários facilita o aprendizado de outras línguas além do oficial.

A inclusão das línguas nacionais no sistema de ensino visa permitir que muitas crianças deixem de ter dificuldades em aprender a língua portuguesa, tendo em conta que mais de 60% das crianças angolanas usam o português como segunda língua de comunicação.

A gramática tem como principal função regular a linguagem e estabelecer padrões de escrita e fala para os falantes de uma língua. Graças à Gramática, a língua pode ser analisada e preservada, apresentando unidades e estruturas que permitem o bom uso da língua nacional. Silas (2000).

O ensino da gramática torna-se útil e necessário para o desenvolvimento da competência de escrita na medida em que à instrução gramatical são atribuídas duas funções principais de oferecer aos alunos o conjunto de regras e de conhecimentos sobre a língua de que necessitam para que, enquanto escrevem um texto, possam aprender melhor.

O aprendizado da língua nacional ajuda a abrir portas para o desenvolvimento, pessoal, cultural e profissional. Actualmente o mercado está considerando como pré-requisitos básicos, que a pessoa a ser contratada tenha domínio em algum idioma local.

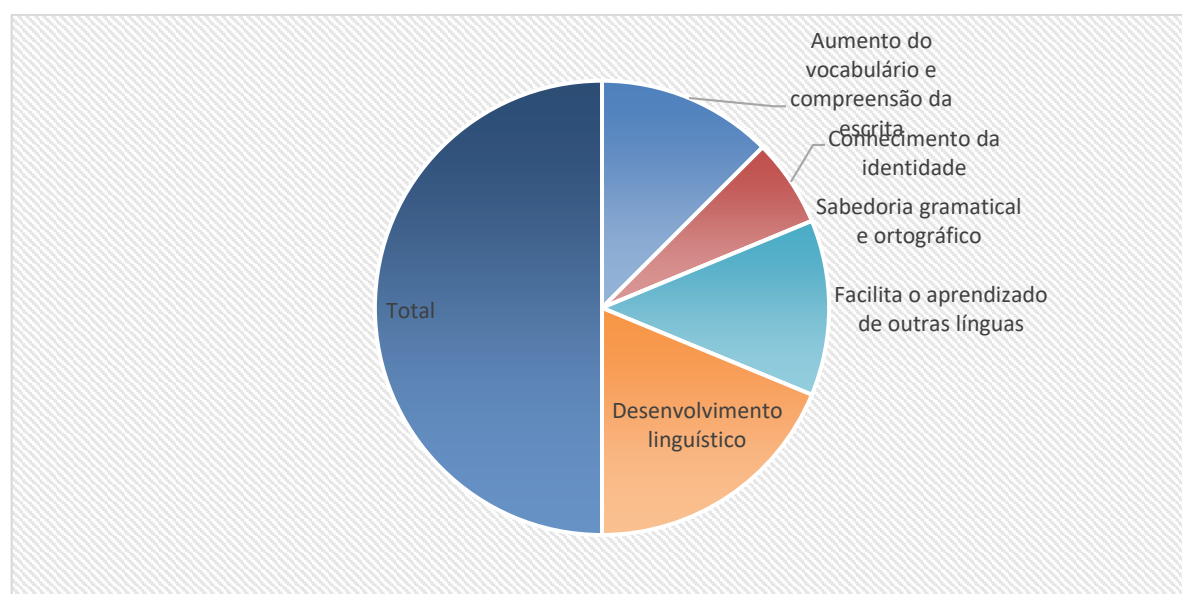
Ela é o mecanismo que armazena toda a sabedoria ancestral, cultura e legado de um povo. Perder idiomas ou dialectos é destruir o maior património da humanidade. A cada dia, mais línguas desaparecem no caminho do tempo.

Ora bem, compreende-se que, a aprendizagem das línguas nacionais serve ainda como forma de resgate da identidade cultural do povo angolano e de preservação de hábitos e costumes. A inclusão das línguas nacionais no sistema de ensino visa permitir que muitas crianças deixem de ter dificuldades em aprender a língua portuguesa, tendo em conta que mais de 60% das crianças angolanas usam o português como segunda língua de comunicação.

3.1.3. Interpretação dos resultados dos inquéritos feitos aos encarregados de educação da Escola Primária nº 06, Tomboco, Zaire

Tabela nº 3: Ponto de vista dos encarregados de educação sobre influência da língua nacional:

Designação	Frequência	%
Aumento do vocabulário e compreensão da escrita	10	25
Conhecimento da identidade Cultural	5	12,5
Sabedoria gramatical e ortográfico	00	00
Facilita o aprendizado de outras línguas	10	25
Desenvolvimento linguístico	15	37,5
Total	40	100



Fonte: própria 2022/2023

Quanto a questão única do questionário, 25% dos encarregados de educação responderam que a língua nacional tem influência no aumento do vocabulário e compreensão da escrita, 12,5% responderam que a língua nacional tem influência no conhecimento da identidade cultural dos alunos primários, 25% responderam que, a língua nacional facilita o aprendizado de outras línguas e, 37,5% dos encarregados

de educação foram unânimes em responder que as línguas nacional influenciam no desenvolvimento linguístico dos alunos.

Falar mais de um idioma pode ter um efeito profundo no sistema cerebral e melhorar as habilidades cognitivas não relacionadas à linguagem. Segundo os cientistas, as crianças expostas desde muito cedo a duas línguas, crescem como se tivessem dois seres monolíngues alojados dentro do seu cérebro. Osório (1996)

A formação linguística traz também uma contribuição muito importante, ao despertar nos alfabetizadores a valorização do código oral como mediação necessária para que seus alfabetizandos adquiram de forma mais fácil e agradável a habilidade de escrever.

O desenvolvimento adequado da linguagem é um dos factores fundamentais para que o desenvolvimento infantil ocorra de forma harmónica em todas as esferas, seja do ponto de vista social, relacional ou ao nos referirmos à aprendizagem formal.

Desde que a criança desenvolve a sua língua materna, ganha competências que lhe permitem comunicar. Esta aquisição e competências para a comunicação só são possíveis através da interacção com o adulto que é visto como um modelo de comunicação. Rodrigues (1978).

A linguística textual, como sendo uma das áreas de grande importância na construção da aprendizagem escrita, possui como ferramenta ajudar principalmente o desenvolvimento da leitura e da compreensão de textos e, dessa maneira, levar o aluno a desenvolver a sua escrita através da leitura de outros textos.

3.2. Discussão dos resultados

3.2.1. Discussão dos resultados dos membros de direcção

Quanto a questão única do inquérito em causa, o director geral e o pedagógico responderam que, o aumento do vocabulário e a compreensão textual tem sido o impacto mais predominante aos alunos da 1ª Classe da Escola em estudo.

Manter uma boa comunicação e ter o uso adequado de um bom vocabulário é essencial para o crescimento pessoal e o futuro profissional. Afinal, é por meio do vocabulário que pode-se expressar as ideias de forma clara, ter um bom relacionamento interpessoal e aumentar a produtividade.

Os seres humanos, estão sempre em comunicação uns com os outros. Permitindo que essas relações interpessoais sejam enraizadas por meio da confiança, é imprescindível fazer bom uso do vocabulário. Também é importante lembrar que o diálogo e a escolha das palavras que utiliza-se estão totalmente atreladas ao ambiente em que estamos. Por isso, é fundamental ter um vasto conhecimento, sabendo se adaptar aos mais diversos locais de fala. Além de que, no ambiente corporativo, o uso apropriado das palavras e o conhecimento de uma maior variedade de vocábulos podem colaborar para que você se expresse melhor e também entenda o que as demais pessoas estão comunicando.

3.2.2. Discussão dos resultados dos Professores

Diante do exposto do questionário feito, os professores tiveram uma visão de respostas diferentes, 50% dos professores que fizeram parte directa da pesquisa responderam que, a língua nacional tem como influência aos meninos da 1ª Classe o aperfeiçoamento da escrita, ao passo que outros 50% responderam que, a influência da língua nacional aos alunos primários facilita o aprendizado de outras línguas além da oficial.

A Gramática tem como principal função regular a linguagem e estabelecer padrões de escrita e fala para os falantes de uma língua. Graças à Gramática, a língua pode ser analisada e preservada, apresentando unidades e estruturas que permitem o bom uso da língua nacional.

O ensino da gramática torna-se útil e necessário para o desenvolvimento da competência de escrita na medida em que à instrução gramatical são atribuídas duas funções principais de oferecer aos alunos o conjunto de regras e de conhecimentos

sobre a língua de que necessitam para que, enquanto escrevem um texto, possam aprender melhor.

3.2.3. Discussão dos resultados dos pais e encarregados de educação

Quanto a questão um e única do questionário, 25% dos pais e encarregados de educação responderam que a língua nacional tem influência no aumento do vocabulário e compreensão da escrita, 12,5% responderam que a língua nacional tem influência no conhecimento da identidade cultural dos alunos primários, 25% responderam que, a língua nacional facilita o aprendizado de outras línguas e, 37,5% dos pais e encarregados de educação foram unânimes em responder que as línguas nacional influenciam no desenvolvimento linguístico dos alunos.

Falar mais de um idioma pode ter um efeito profundo em seu cérebro e melhorar as habilidades cognitivas não relacionadas à linguagem. Segundo os cientistas, as crianças expostas desde muito cedo a duas línguas, crescem como se tivessem dois seres monolíngues alojados dentro do seu cérebro.

A formação linguística traz também uma contribuição muito importante, ao despertar nos alfabetizadores a valorização do código oral como mediação necessária para que seus alfabetizandos adquiram de forma mais fácil e agradável a habilidade de escrever.

O desenvolvimento adequado da linguagem é um dos factores fundamentais para que o desenvolvimento infantil ocorra de forma harmônica em todas as esferas, seja do ponto de vista social, relacional ou ao nos referirmos à aprendizagem formal.

CONCLUSÕES

Depois de uma pesquisa profunda, concluiu-se da seguinte forma:

Ao longo deste estudo, investigamos a influencia da língua Nacional no processo de ensino – aprendizagem dos alunos da 1ª classe na escola primaria nº 06 do Município do tomboco, Província do Zaire.

A pergunta de partida questionava como qual é a influencia da língua nacional no processo de ensino – aprendizagem dos alunos da 1ª classe. A partir desta pergunta, formulamos as hipóteses de que; **H1**: ajuda os alunos na compreensão da produção da escrita e gramática das línguas nativas pertencentes aos alunos em estudo; **H2**: estimula o desenvolvimento linguístico da língua nacional dos alunos em questão; **H3**: ajuda os alunos na identificação da sua cultura linguística.

O objectivo geral foi compreender a influência da Língua Nacional no processo de ensino-aprendizagem nos alunos da 1ª Classe da Escola Primária nº06.

Os resultados deste estudo corroboram as hipóteses, demonstrando que uma abordagem pedagógica que integra de forma eficaz a língua nacional no ensino da 1ª classe pode, de facto melhorar o processo de ensino – aprendizagem.

Observamos um aumento no engajamento dos alunos, uma melhoria na compreensão dos conteúdos e uma maior valorização da identidade cultural local. Esses resultados destacam a importância de considerar a língua nacional como um recurso educativo valioso, capaz de enriquecer a experiencia de aprendizagem dos alunos e promover um ambiente escolar mais inclusivo e culturalmente sensível.

No entanto, é importante reconhecer que este estudo possui algumas.

Seguidamente depois do estudo feito, os membros de direcção, afirmaram-se que aumento do vocabulário e a compreensão textual tem sido o impacto mais predominante dos alunos da 1ª Classe da Escola em estudo.

Diagnóstico de 25% dos pais e encarregados de educação afirmam que a língua nacional tem influência no aumento do vocabulário e compreensão da escrita.

SUGESTÕES

Membros de direcção da escola

Implementação de programas de formação contínua para professores, com foco no uso eficaz da língua nacional no processo de ensino –aprendizagem.

Disponibilidades de materiais didáticos e recursos educativos que valorizam a língua nacional e incorporarem elementos da cultura local.

Adoptem políticas incentivadoras sobre o ensino das línguas nacional dentro do contexto educativo, porém, sabe-se que, língua é o vector identitário de uma comunidade. A partir dessa perspectiva, ela faz parte de um conjunto de pertencimentos sociais e constitui referência ao indivíduo no grupo social em que vive.

Professores:

Aos especialistas em ciência de educação, particularmente, os professores da escola referenciada, que criem técnicas motivadora de ensino e valorização de ensino das línguas nacional no sector primário, porém, a língua nacional é um dos elementos primordial de enriquecimento linguístico dos alunos;

Pais e encarregados de educação

Devem criar sempre clima educativo de ensino das línguas nacional no seio familiar no sentido das crianças desenvolverem habilidades escritas sobre as mesmas, todavia, a família é o meio social-cultural primário da criança por onde a mesma aprende as regras básicas de socialização, por esta razão, a família deve ser o primeiro local incentivador de ensino das línguas nacional e, posteriormente manifestar-se o desenvolvimento das habilidades linguística no seio escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amélia, A. (2002). *A importância das línguas angolanas na unidade da família angolana*.
- Béliveau, H.B. (2006). *Ensino Corrente das Línguas*, Plural, Brasil.
- Bertrand, F. M. (1999). *A comunicação entre escolas e família*, 4ª Edição. Porto. Editora Alegre.
- Bueno, J.S. (2000). *Dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: FTD.
- Câmara JR., Joaquim Matoso. *História Antropológica das Línguas Locais*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.
- Carlos, P. (2010). *Dicionário Português*. 2ª Edição, Portugal: Odivelas.
- Dias, D. P. (1993), *O Ensino das Línguas Nacionais*, Plural, Lisboa.
- Freire, P. (1998). *Pedagogia da Liberdade*, 2ª Edição, Brasil: Brasília.
- Giddens, A.B. (1997). *Relação Família-Escola Base da Sociedade*, Plural, Larricel, Bamas, Espanha.
- Lima, P. (2002). *Processo de Ensino-Aprendizagem*, 3ª Edição, Coimbra.
- Lourenço, P.A, Parreiro, A.O, Leónida, C. F. (2004). *As Línguas Oriundas de Portugal*.
- Marconi, M. A; Lakatos, E. M.(2014) *Fundamentos da Metodologia Científica*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- Miras. A.L. (1996). *Aprendizagem Linguística*, Brasil: Goiânia;
- Osório, L. C.(1996) *A Família como Primeiro Meio de Aprender a Língua Nativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Osório, M.L. (1996). *Família hoje*. 5ª Edição. Lisboa. Editora. Porto alegre.
- Pessanha, M.,et al (2010). *Psicologia da Educação*. Plural editores, Angola.
- Peterson, D. P. (2003). *O professor do Ensino Básico e as Línguas*. Instituto Piaget Divisão Editorial Lisboa
- Piletty. N e Piletty. C (2006). *História da educação*. Editora ática.
- Rangel, M. (2005). *Métodos de ensino para a aprendizagem e a dinamização das aulas*. Papyrus Editora.

- Raymond (2003). *Manual de investigação em ciências sociais*. Publicações gradiva.
- Haydt, R. C. C., (2009). *Didáctica geral*. Editora ática
- _____ (2006). *História da educação*. Editora Ática. São Paulo, Brazil.
- Ribeiro, J. (2009), A importância da participação dos pais no processo de ensino-aprendizagem, 5ª Edição. São Paulo. Editora alta
- Rodrigues, E. A (1997). As principais Línguas Nacionais instituto superior de ciências sócio-política.
- Rodrigues, P. (1978). Ambiente Familiar. 7ª Edição. São Paulo. Editora papyrus.
- Rogero, R. (2012). Importância das Línguas Nacionais. 2ª Edição. Porto: Porto Editora.
- Roterdão, E. (2008). *O ensino da Língua Nacional. 1ª Edição, Angola*.
- Sampaio (1996). *A pedagogia do ser*. Editora vozes
- Piletty. N & Piletty.C (2006) História da educação, editora Ática.
- Silas, H. (2000). Os Empréstimos das Línguas Nacionais. 2ª Edição, Lisboa. Editora porto.
- Silva, F. (2013). Dicionário, 1ª Edição, Portugal: Coimbra.
- Tiba, F. (1996). Relações entre família e escola e suas implicações de gênero. Cadernos de pesquisa.
- Tiba, I. (2012). Pais e Educadores de alta Performance. - 2ª Edição. São Paulo: integrare Editora.
- Undolo, M. (2014), Linguística Africana, 2ª Edição, Angola: Lunda Sul.
- Vygotsky, L.S., *A Formação Social da Mente*. (1998). São Paulo: Martins Fontes.

APÊNDICES

ANEXOS